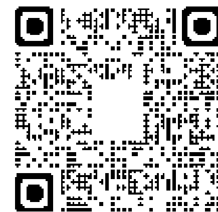
Jornal **O DIA** SP



Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 21, 22 E 23 DE SETEMBRO DE 2024 | Nª 25.742 | Preço banca: R$ 3,50

Consultas médicas e internações caem de 2019 para 2023 na rede privada

Um levantamento da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), associação que representa um grupo de mais de 120 hospitais particulares, mostrou que, de 2019 a 2023, houve uma redução do número de consultas ambulatoriais, internações e terapias, por paciente. Mas houve aumento dos exames e atendimentos médicos em prontos socorros.

O levantamento mostra que o número de consultas ambulatoriais por paciente caiu de 4,7 em 2019 para 4,1 em 2023, ou seja, 12%. As internações caíram de 0,193 para 0,189 por paciente nos 5 anos, queda de 2%, enquanto os procedimentos odontológicos diminuíram de 6,6 para 5,7, queda de 13%, e as terapias passaram de 1,7 para 1,6, redução de 8%.

Já o número de exames aumentou no período, subindo de 19,8 para 23,4, ou seja, uma alta de 18%. Também tiveram alta os atendimentos médicos em prontos socorros (4%).

Na comparação com 2022, no entanto, foi constatada um aumento de quase 3% no número de internações por pacientes, já que naquele ano a média calculada foi 0,184. Página 6

Programa Sentinela vai monitorar violência contra candidaturas LGBT+

Página 2

País precisa de 3 mil técnicos por ano para expandir hidrogênio verde

Página 3

Eleições 2024: candidatos não podem ser presos a partir deste sábado

A partir deste sábado (21), os candidatos que disputam as eleições municipais deste ano não poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito.

Pela norma, postulantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ficam impedidos de detenção durante os 15 dias que antecedem o primeiro turno do pleito, que neste ano será realizado no primeiro domingo outubro (dia 6). A regra está prevista no parágrafo 1º do artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965). Página 6

Comissão define status do Brasil em relação ao sarampo em novembro

Foto/Tânia Rêgo/ABr/Arquivo

Página 3

Moraes rejeita recurso do X contra bloqueio de perfis de Monark

Página 6

STF retoma julgamento que pode ampliar foro privilegiado

Página 3

DÓLAR

Comercial		Turismo	
Compra:	5,51	Compra:	5,52
Venda:	5,51	Venda:	5,70

EURO

Compra:	6,15
Venda:	6,15

Esporte

Mundial de Motovelocidade corre novamente em Misano neste fim de semana

Por Járcio Baldi

Misano, na Itália, receberá mais um GP nesse final de semana, em substituição ao GP do Cazaquistão, que foi cancelado devido aos estragos ocasionados pelas fortes chuvas que atingiram o país nesse ano. A Yamaha confirmou o experiente Jack Miller para correr ao lado do português Miguel Oliveira na temporada de 2025. O australiano assinou um contrato de um ano com a equipe dos três diapasões, que preferiu contar com pilotos experientes para o desenvolvimento do novo projeto, ao invés de focar em novos talentos. A fábrica japonesa também anunciou que para o próximo ano, provavelmente na segunda metade da temporada, estreará seu novo motor V4, deixando claro o fim dos motores de quatro cilindros em linha na categoria principal do motociclismo.

O principal piloto da equipe, Fabio Quartararo, revelou que esteve muito próximo de deixar a equipe ao final da temporada de 2024. O francês, que estreou em 2019 com a equipe Petronas-Yamaha e foi campeão em 2021 já na equipe oficial, disse que, correr pela equipe japonesa sempre foi seu sonho por causa de seu ídolo Valentino Rossi, mas com os maus resultados o piloto ficou muito próximo de ir para a Aprilia."Eu estava pronto para deixar a marca; mesmo sendo o meu time dos sonhos, eu me sentia pronto para sair, mas a Yamaha fez grandes mudanças, assim como um grande investimento nesse novo projeto, contratando muitos novos engenheiros, o que me fez permanecer na equipe", revelou Quartararo. A chegada de Max Bartolini da Ducati, como diretor técnico da Yamaha, também foi um fator importante para a permanência do piloto na marca japonesa.



Foto/ MotoGP

Franco *Morbidelli nos treinos de Misano*

A Aprilia, que luta contra seus altos e baixos, após os recentes testes de Misano, parece ter encontrado a raiz do problema. Maverick Viñales disse: "Estamos começando um novo fim de semana de corrida em Misano, e acho que é uma grande oportunidade de melhoria". "Durante a primeira corrida e o teste oficial, várias coisas ficaram claras para nós, e devemos dar o nosso máximo em cada volta, é importante para nós terminarmos este final de semana com uma boa classificação antes das corridas na Ásia". O espanhol disse que o problema está nas frenagens, principalmente com o freio motor. "Parece que começamos a entender que o maior problema está nos freios, então, realmente precisamos readaptar o freio motor, tentando ser mais consistentes, porque assim que comecei a frear bem o tempo de volta melhorou muito, o que é algo bastante positivo" finalizou.

O italo-brasileiro, Franco Morbidelli, fez algumas revelações sobre o acidente que sofreu na pré temporada, quando sofreu uma forte queda com uma Ducati Panigale V4 em Portimão. O acidente atrapalhou muito o piloto no inicio da temporada. Somente agora Franco está fazendo boas apresentações e obtendo bons resultados, como o terceiro lugar na Sprint Race na primeira prova em Misano. Morbidelli, em entrevista ao La Reppublica, afirmou que perdeu a memória por duas semanas. "Não reconhecia pessoas que eram muito próximas a mim, membros importantes da minha família, parecia impossível reconhecê-los". "Eu tinha todos os medos do mundo, mas felizmente, vimos que as memórias e a lucidez começaram a retornar pouco a pouco". "A cada dia, um detalhe, algo mais: meu cérebro começou a funcionar novamente como antes", disse Morbidelli, que também disse estar feliz por recuperar suas raízes familiares e a forte ligação com os parentes brasileiros, afirmando que a sua energia pernambucana está de volta.

No primeiro dia de treinos Pecco Bagnaia quebrou o recorde da pista ficando à frente de Jorge Martin e Marc Marquez. Enea Bastianini, Fabio Quartararo e Franco Morbidelli fecharam os seis primeiros tempos.

Na Moto2 Diogo Moreira fez o terceiro melhor tempo da sexta feira. Sábado teremos a tomada de tempo para o grid de largada e a Sprint Race às 10h da manhã, com transmissão pela ESPN4. No domingo, no mesmo canal a prova da MotoGP acontece às 8h da manhã.

SM Kart Competition realiza outra etapa com muita competitividade e resenha

Maior campeonato de rental kart em número de pilotos, o SM Kart Competition reuniu 253 concorrentes no último final de semana no Kartódromo de Interlagos, para a disputa da sétima etapa, e começa a apontar os postulantes ao título em 23 categorias.

O evento distribuiu 460 prêmios e teve várias interações nos boxes, como feirinha de artesanato e gastronomia, massagem com Carlos Masso, plataforma para fotos 360º da Planet Photo, degustação de biscoitos Aldeia da Serra, simulador da VF Simuladores, pódio giratório, e desafios, que sempre provocam divertidas resenhas.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aquijaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Roliços Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burguer, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clinica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy, Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercadão, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Escola de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri's, PFox Informática, Philadelfia Confecções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizza, Surah Korean Cuisine, Trip 'n' Ride, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizza e Pasta.

Governo de SP pretende transformar Favela do Moinho, em parque

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) planeja requalificar toda a área da Favela do Moinho, localizada nos Campos Elíseos, região central da capital paulista. Estima-se que, atualmente, existem cerca de 800 famílias no local. A CDHU destacou equipes da área social para dialogar com os moradores, realizar o cadastro das famílias e o atendimento habitacional, à medida que o projeto avance.

A iniciativa de requalificação prevê também soluções habitacionais para famílias que hoje residem no espaço, que serão acolhidos em lares dignos, como é a marca do atendimento da CDHU e da secretaria. Para concretizar essa missão, o repertório das soluções habitacionais é vasto – Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo, Apoio ao Crédito em parceria com os programas federais e Auxílio-Moradia Provisório. Na semana passada, a CDHU lançou um chamamento ao mercado para financiar 5,8 mil imóveis prontos, em construção ou ao menos que já tenham projeto aprovado – desse total, 2,5 mil serão em bairros da região central da cidade.


Foto: Governo de SP

Uma *das frentes é a criação de um espaço público sobre a área subutilizada existente entre a atual estação Júlio Prestes com o polo comercial da Rua José Paulino.*

SP transfere Secretaria de Justiça e Cidadania para o Palácio dos Campos Elíseos

A Secretaria da Justiça e Cidadania, pasta mais antiga do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1892, será transferida para o Palácio dos Campos Elíseos, prédio histórico localizado na Avenida Rio Branco, 1.269, no centro de São Paulo.

A mudança faz parte do projeto do Centro Administrativo dos Campos Elíseos, que será a nova sede administrativa do Governo de São Paulo no bairro de mesmo nome na capital.

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadores e vereadoras dos partidos que somam o maior tempo [rádio e tv] na propaganda eleitoral do prefeito Ricardo Nunes (MDB), comemoram os números das pesquisas. Todas dizem que Nunes venceria tanto o Boulos (PSOL) como o Marçal (PRTB)

.

PREFEITURA (São Paulo)
Agora [leia-se depois da cadeirada - durante 'debate' na tv Cultura - que recebeu do Datena - PSDB], o candidato Marçal (PRTB) começou a dizer que vai mudar de postura. Na atual lógica da política, talvez não agregue ninguém e perca quem o admirava

.

ASSEMBLEIA
Deputados(as) candidatos(as) prefeitos(as) - SP 2024: Atila (Mauá); Alex 'Madureira' (Piracicaba); Beth Sahão (Catanduva); Danilo Ballas (Sorocaba); Dalben (Paulínia); Edmir Chedid (Bragança); Elton (São José Campos); Emídio Souza (Osasco); Gerson Pessoa (Osasco); Guilherme Cortez (Franca) ; ...

.

(São Paulo)
... Helinho Zanata (Piracicaba); Itamar Borges (São José Rio Preto); 'Xerife' (Guarulhos); Luís Fernando (São Bernardo); Nakashima (Guarulhos); professora Bebel (Piracicaba); Rafa Zimbaldi (Campinas); Rodrigo Moraes (Itu); Valdomiro Lopes (São José Rio Preto) e Vinícius Camarinha (Marília)

.

GOVERNO (São Paulo)
Não tá fácil a vida do governador Tarcísio (Republicanos). Além de apoiar a possível reeleição do prefeito paulistano Nunes (MDB), precisa ter 'bala na agulha' pra apoiar um 'exército' de candidaturas de origens militares pras Câmaras de vereadores

.

CONGRESSO (Brasil)
Pergunta da hora : se o empresário Pablo Marçal tivesse validado seus quase 245 mil votos [deputado pra Câmara Deputados pelo PROS - SP em 2022], o que estaria fazendo ? Só ele vai poder responder. Talvez, somente nas eleições gerais 2026

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Caso volte [com representação administrativa e jurídica] o antigo Twitter [atual X] pro Brasil, tanto o Lula (dono do PT), como o vice Alckmin (ex-PSDB) no PSB vão manter suas contas, uma vez que a rede social segue sendo uma das maiores do mundo ?

.

PARTIDOS (Brasil)
Não é só o União [do PSL com o DEM] que tem conversado com o [ainda] candidato [pelo PRTB que foi do Levy Fidelix] à prefeitura de São Paulo 2024. Pablo Marçal pode se cacifar pra possíveis candidaturas [governos estaduais ou Senado] 2026

.

ANO 32
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [Brasil] desde 1993, esta coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [SP] - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "O Espírito do Senhor é sobre mim, pois me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me a curar os quebrantados do coração" **Lucas 4:18**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP supera 100 mil imóveis regularizados com entrega de 706 títulos na capital

O governador Tarcísio de Freitas entregou, na sexta-feira (20), títulos de regularização de imóveis a 706 famílias do conjunto habitacional Guaianases C, na Zona Leste de São Paulo. Com isso, a atual gestão ultrapassa 100 mil imóveis regularizados desde 2023, totalizando 100.222 residências e R$ 390,8 milhões investidos, e reafirma o compromisso de levar desenvolvimento e dignidade para a população paulista.

"Estamos celebrando aqui uma marca que é a entrega de 100 mil títulos. Por isso, essa entrega de hoje não poderia ser em um lugar diferente, tinha que ser na zona leste da capital, um lugar que foi construído e erguido pela comunidade", afirmou Tarcísio. "É um dia muito especial para nós. Sem o título, o sonho da casa própria não fica completo. E nós vamos entregar muito mais títulos pelo estado", acrescentou o governador.

Governo autoriza uso da Força Nacional no Paraná e em Roraima

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou o uso da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos estados do Paraná e em Roraima. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira (20).

No Paraná, os agentes apoiarão ações contra organizações criminosas e crimes transnacionais nas regiões fronteiriças e de costa marítima. Já em Roraima, a Força Nacional de Segurança Pública agirá por 90 dias na Terra Indígena (TI) Pirititi, que ocupa cerca de 43 mil hectares no município de Rorainópolis, em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e em conjunto com os órgãos de segurança pública do estado.

A quantidade de agentes ainda não foi definida. Segundo as portarias publicadas, ela será determinada a partir do planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). (Agência Brasil)

Programa Sentinela vai monitorar violência contra candidaturas LGBT+

O programa Sentinela LGBT+, criado pela organização não governamental (ONG) VoteLGBT, já pode ser acessado pelas pessoas candidatas LGBT+ que sofram algum tipo de violência nas eleições municipais de 2024, que acontecem em outubro. Apesar de ter sido desenvolvido visando o pleito deste ano, a Sentinela monitorará permanentemente denúncias de violência política e de gênero contra parlamentares LGBT+ no Brasil.

Quando a candidatura recebe uma ameaça ou violência *online*, deve-se fazer um *print* da tela e mandar essa imagem para um número de Whatsapp. A Sentinela, usando recursos de inteligência artificial, analisará os materiais e fará categorizações da violência - como ameaças de morte, estupro corretivo, LGBTFobia e discurso de ódio - para organizar as informações e fornecer dados agrupados.

Os dados sobre os ataques sofridos durante estas eleições vão alimentar um relatório sobre violência política LGBTfóbica, que analisará tanto o perfil das vítimas quanto das agressões. O programa também conta com profissionais de saúde mental que fornecerão atendimento gratuito às vítimas de violência política. Com uma equipe composta por profissionais da Clínica LGBT+ com Local, estão previstos 600 atendimentos gratuitos e sigilosos.

"Nossa proposta é usar essa nova tecnologia a favor do fortalecimento da democracia, do Estado democrático e da participação política de qualquer pessoa. A partir de dados concretos, poderemos avaliar a necessidade de políticas públicas de proteção a essas lideranças que vêm ocupando cada vez mais os espaços de tomada de decisão. Este ano mais de 3000 candidaturas se declararam publicamente como LGBT+, é um momento histórico", destaca Gui Mohallem, da direção do VoteLGBT.

Ainda que a ausência de dados seja o maior entrave para monitorar a violência política e eleitoral contra as lideranças LGBT+, a segunda edição da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil revela que nos dois meses que antecederam o primeiro turno das eleições em 2022 (de 2 de setembro de 2020 a 31 de outubro), o número de episódios de violência política quase se igualou à quantidade de casos registrados nos primeiros sete meses do ano. A pesquisa foi feita pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global.

O monitoramento encontrou 542 episódios ilustrativos desse tipo de violência, que tiveram como vítimas 497 pessoas – em algumas situações, uma mesma pessoa foi vítima em mais de um episódio.

"É importante chamar atenção para o fato de que a LGBTfobia foi equiparada aos crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716 de 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento conjunto da ADO nº 26 e MI nº 4733. Além disso, o Brasil é signatário de uma série de tratados internacionais que são contrários a qualquer tipo de discriminação pautada na orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero", diz a VotelGBT.

Informações da VoteLGBT, reunindo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da própria organização, apontam para mais de 3 mil candidaturas declaradamente LGBT+, sendo 20,3% de pessoas trans.

Há 10 anos o VoteLGBT desenvolve uma ampla gama de ações, desde pesquisa, geração de dados, apoio a lideranças e mobilização do eleitorado, até a criação de ferramentas digitais, campanhas de sensibilização e incidência. (Agência Brasil)

Poupatempo alerta para sites falsos que pedem pagamento para agendar serviços

O Poupatempo orienta os usuários a acessarem apenas os canais oficiais para obter informações e realizar agendamentos para serviços. A população deve desconfiar de sites que pedem pagamento. A orientação do Poupatempo é que as vítimas do golpe registrem Boletim de Ocorrência. O órgão está acionando judicialmente sites que utilizam indevidamente a marca Poupatempo para cobrar por serviços.

O atendimento presencial nas mais de 240 unidades do estado é totalmente gratuito, pessoal e intransferível, e deve ser agendado com a escolha prévia de data e horário para a realização dos serviços.

Avenida 23 de Maio é totalmente liberada após incêndio em viaduto

A Avenida 23 de Maio, que estava parcialmente bloqueada após um incêndio que atingiu o viaduto Condessa de São Joaquim, na região central da capital paulista, foi totalmente liberada para o tráfego de veículos às 15h19 da sexta-feira, (20), informou a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

O tráfego em cima do viaduto Condessa de São Joaquim foi liberado hoje de manhã para veículos leves e ônibus, mas caminhões ainda não poderão circular por ele. Mais cedo, a prefeitura informou que não foram constatados danos estruturais ao viaduto, mas equipes seguem fazendo avaliações no local.

O Viaduto Condessa de São Joaquim sofreu um incêndio na tarde de ontem e prejudicou o trânsito na região. Segundo a Defesa Civil, o incêndio foi provocado por fogo em objetos de pessoas em situação de rua que se abrigavam embaixo do viaduto, o que gerou muita fumaça devido à existência de materiais como cobertores, entulho e madeira. Não houve feridos.(Agência Brasil)

Polícia do Rio identifica 34 autores de incêndios florestais

A Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) já identificou, por meio da Operação Curupira, 34 autores de incêndios criminosos praticados no estado do Rio de Janeiro. Cinco pessoas foram presas. Nove já foram indiciadas e as equipes aguardam os laudos periciais para formalizar o indiciamento dos demais.

A Operação Curupira foi uma resposta da Polícia Civil no combate às ações incendiárias criminosas que atingiram diversos parques do estado. Também participam do Gabinete de Gestão de Crise do Governo do Estado a Secretaria Estadual do Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

De acordo com o secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, além dos prejuízos à fauna e à flora, as práticas criminosas acarretaram risco humano e patrimonial às populações afetadas pelos incêndios.

"O custo para recuperar esses ecossistemas é incalculável. Não temos, por exemplo, como colocar preço na vida de um animal silvestre que foi vítima. Isso sem falar no prejuízo com a emissão de créditos de carbono, tão importantes para o nosso estado. Nossas ações estão sendo assertivas no combate a este tipo de crime", disse Curi.

A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) e as delegacias distritais do interior fizeram inúmeras diligências para apurar os incêndios eram criminosos e quem eram seus autores. Na segunda-feira (16), os agentes foram à Região Serrana para reprimir as ações incendiárias em Petrópolis e Itaipava. Perícias criminais foram feitas pela equipe do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) em três pontos de início das chamas.

Os policiais conseguiram identificar um adolescente, que compareceu à delegacia acompanhado de seu pai. O menor admitiu ter ocasionado o fogo que devastou grandes áreas de vegetação nos distritos de Pedro do Rio e Secretário.

Também houve diligências, oitiva de testemunhas e análise de imagens de câmeras de segurança na região da Vila Inglesa, também em Petrópolis, e no Parque Nacional da Serra da Tiririca, em Niterói.

Na quarta-feira (18), uma ação integrada da DPMA com a 91ª DP (Valença) resultou na captura de um homem de 61 anos, flagrado em vídeo ateando fogo na área de proteção ambiental da Serra da Beleza, à margem da Rodovia RJ-143, altura do Km 52.

Ele foi identificado a partir das investigações das duas unidades. Com o autor, foram encontrados a motocicleta, as roupas e o capacete usados no crime. As diligências da Operação Curupira continuam. (Agência Brasil)

País precisa de 3 mil técnicos por ano para expandir hidrogênio verde

O Brasil precisará formar, a cada ano, quase 3 mil técnicos e trabalhadores qualificados para expandir a produção do chamado hidrogênio verde, combustível limpo tido como um dos pilares da almejada transição energética. A estimativa de demanda profissional está em uma pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O estudo entrevistou 128 especialistas em hidrogênio verde e mapeou a necessidade média de mão de obra em três níveis de ocupação: médio, baixo e alto. No nível médio, que engloba técnicos e trabalhadores qualificados, são necessários 2.863 novos profissionais a cada ano. No nível baixo, que inclui trabalhadores semiqualificados e não qualificados, 2.248 anualmente.

No nível alto, formado por cientistas e engenheiros altamente qualificados, o levantamento não traz números, apenas sinaliza que a demanda é relativamente menor e concentrada em universidades e centros de pesquisa.

O levantamento do Senai foi feito em parceria com o projeto H2Brasil, que faz parte de uma cooperação entre o Brasil e a Alemanha para o desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados apontaram que a formação técnica especializada é fundamental para a implementação bem sucedida de fábricas de hidrogênio verde e da transição energética no país.

Metade dos especialistas ouvidos afirmaram que a demanda por trabalhadores técnicos especializados será voltada para a instalação, manutenção e renovação de sistemas relacionados à produção do combustível.

Preparação

Os entrevistados avaliaram positivamente o progresso do setor nos últimos 18 meses, com 48% indicando que as condições para a criação de uma economia de hidrogênio já estão sendo implementadas. Outros 37% destacaram a importância das plantas-piloto na produção de hidrogênio, e 35% mencionaram a expansão da cooperação internacional.

Para atuar na formação de mão de obra, o Senai criou um centro de excelência no Rio Grande do Norte e cinco laboratórios regionais (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia e Ceará) voltados à educação profissional e superior, além de um curso de pós-graduação.

"Teremos um primeiro movimento de especialização para quem possui nível superior, nas áreas voltadas à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e regulação. O segundo movimento será direcionado à instalação e operação das plantas, que exigirá profissionais de nível técnico", explica o superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai, Felipe Morgado.

Hidrogênio verde

O hidrogênio é um gás que pode ser utilizado como combustível sem emitir gás carbônico (CO), causador do efeito estufa e, por consequência, aquecimento global. No entanto, apesar de ser o elemento mais comum na natureza, dificilmente é encontrado isoladamente. Geralmente está associado a outros elementos, como no caso da água (HO).

Para fazer a separação dos elementos químicos, é preciso usar energia. Quando essa energia é de origem limpa, como a hidrelétrica, eólica e solar, é possível classificar o hidrogênio resultante como verde. Mas para isso é preciso ainda que todo o processo de transporte e armazenamento do gás resultante seja feito por atividades carbono neutro, ou seja, sem emissão de CO.

Um dos meios mais desenvolvidos para extração do hidrogênio é a eletrólise, quando se extrai a molécula presente na água.

A partir do momento em que o Brasil conseguir expandir a produção de hidrogênio verde, o gás poderá ser usado em atividades de uso intensivo de energia, como transporte e siderurgia, fazendo com que esses setores se tornem menos poluentes e contribuam para a transição energética.

Marco legal

Por ser um dos pilares da tão desejada economia de baixo carbono, a produção de hidrogênio é tratada no Brasil de forma estratégica. No dia 2 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, conhecida também como marco legal do setor.

A nova legislação instituiu o sistema brasileiro de certificação do hidrogênio e mecanismos de incentivo para aumentar a atratividade dos projetos para produção de energia.

No início de setembro, o Senado aprovou um projeto de lei (PL) que estabelece regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

O PL visa dar condições para desenvolver o mercado interno de hidrogênio de baixa emissão de carbono por meio de incentivos para setores industriais como de fertilizantes, siderúrgico, cimenteiro, químico e petroquímico. Conforme o texto, o total de crédito fiscal passível de ser concedido de 2028 a 2032 é de R$ 18,3 bilhões.

O programa tinha sido vetado na sanção do projeto que definiu o marco regulatório. Após ajustes feitos por deputados e senadores, o PL seguiu para análise da presidência da República no último dia 11. O presidente Lula tem até 1º de outubro para sancionar ou vetá-lo.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que já há mais de 60 projetos de hidrogênio a partir de fontes renováveis anunciados no Brasil, com investimentos que somam R$ 188,7 bilhões. (Agência Brasil)

Portos do Paraná promove diálogo com homens sobre violência contra a mulher

A Portos do Paraná se engajou no programa "De Homem para Homem", que visa ampliar a proteção das mulheres e prevenir crimes contra elas. A ação faz parte da Operação Mulher Segura, da Secretaria de Segurança Pública (Sesp-PR), que agora alcança também os portos de Paranaguá e Antonina. Para isso, a empresa reuniu seus colaboradores homens em uma palestra e ação educativa focada nos direitos das mulheres.

A iniciativa foi lançada no mês passado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior.

"Vivemos ainda em um ambiente portuário predominantemente masculino, mas as mulheres estão cada vez mais presentes e mostrando sua força. A Portos do Paraná trabalha para garantir igualdade de condições para todos. Essa palestra é mais uma maneira de alertarmos os homens sobre a necessidade de tratar todos com respeito, sem qualquer tipo de violência", afirmou o diretor administrativo e financeiro, Marcos Bonoski.

A Operação Mulher Segura, conduzida pela Secretaria de Segurança Pública, já atua na repressão de crimes contra mulheres e no suporte às vítimas. O projeto "De Homem para Homem" reforça essas iniciativas, intensificando as medidas preventivas e a conscientização entre aqueles que, muitas vezes, estão na posição de potenciais agressores.

"Esses encontros são voltados exclusivamente para o público masculino, com o intuito de desconstruir tabus que normalizam a violência contra a mulher. Queremos deixar claro que não há mais espaço para esse tipo de comportamento no Paraná", afirmou Leonardo Carneiro, delegado e coordenador de Planejamento Estratégico da Sesp-PR.

Wesley Moreira de Mello, delegado da Polícia Civil de Paranaguá, destacou que, embora um possível agressor possa não estar presente, os participantes podem compartilhar o que aprenderam com amigos, familiares e colegas de trabalho. "Sempre há alguém que podemos aconselhar, e é nosso papel replicar esse tipo de conteúdo para conscientizar todos sobre a importância de proteger as mulheres", disse.

As palestras são destinadas exclusivamente aos homens, permitindo que os participantes se sintam à vontade para esclarecer dúvidas e discutir o tema de forma aberta. Durante os encontros, são exibidos vídeos com depoimentos de familiares de vítimas e de condenados por feminicídio, com o objetivo de mostrar o impacto devastador da violência contra as mulheres nas famílias e na sociedade.

De acordo com o cabo Gonçalves, do 9º Batalhão da Polícia Militar e integrante da Patrulha Maria da Penha, o trabalho anterior realizado com mulheres já tem apresentado resultados.

"Percebemos que o trabalho tem dado frutos, especialmente pelo aumento nas solicitações de medidas protetivas. Isso é positivo, pois a violência já existia, mas as mulheres, muitas vezes, não sabiam como buscar ajuda. Com essa ação, elas estão mais encorajadas a se proteger", analisou. (AENPR)

STF retoma julgamento sobre revisão da vida toda

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na sexta-feira (20) o julgamento de dois recursos contra a decisão da própria Corte que derrubou a possibilidade de revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O caso é julgado pelo plenário virtual.

Até o momento, o placar da votação é de 5 votos a 1 pela rejeição dos recursos apresentados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e a Confederação Nacional dos Trabalhadoras Metalúrgicos (CNTM).

Além do relator, ministro Nunes Marques, os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram no mesmo sentido e negaram os recursos.

Entre os argumentos apresentados, as entidades defenderam que a revisão seja garantida para quem estava com processos na Justiça. Instâncias inferiores do Judiciário já garantiram o direito à revisão.

Na sessão, o ministro Alexandre de Moraes votou a favor dos aposentados e reconheceu que o STF já decidiu validar a revisão da vida toda.

Em março deste ano, o Supremo decidiu que os aposentados não têm direito de optarem pela regra mais favorável para recálculo do benefício. O placar do julgamento foi 7 votos a 4.

A decisão anulou outra deliberação da Corte favorável à revisão da vida toda. A reviravolta ocorreu porque os ministros julgaram duas ações de inconstitucionalidade contra a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), e não o recurso extraordinário no qual os aposentados ganharam o direito à revisão.

Ao julgarem constitucional as regras previdenciárias de 1999, a maioria dos ministros entendeu que a regra de transição é obrigatória e não pode ser opcional aos aposentados.

Antes da nova decisão, o beneficiário poderia optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo de toda vida pode aumentar ou não o benefício. (Agência Brasil)

STF retoma julgamento que pode ampliar foro privilegiado

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na sexta-feira (20) o julgamento virtual que pode ampliar o foro por prerrogativa de função, nome técnico do foro privilegiado para parlamentares e ministros de Estado.

O julgamento vai atingir deputados federais e senadores que respondem a processos na Corte. A análise do caso foi suspensa em abril por um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Até o momento, o STF tem maioria de seis votos pela ampliação do foro e um contrário. Prevalece no julgamento voto do ministro Gilmar Mendes.

Pelo entendimento, o foro privilegiado de um político fica mantido no STF se o crime tiver sido cometido durante o exercício da função de parlamentar. Essa é a regra válida atualmente. Contudo, no caso de renúncia, não reeleição ou cassação, o processo será mantido na Corte.

Além de Mendes, já votaram no mesmo sentido os ministros Dias Toffoli, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Faltam os votos de quatro ministros.

No voto proferido na sexta-feira, Mendonça abriu divergência e votou contra a ampliação do foro. Segundo o ministro, a prerrogativa de ser julgado pela Corte termina com o fim do mandato, e o caso deve ser enviado à primeira instância.

"O alargamento do foro por prerrogativa de função para período posterior ao fim do exercício do cargo ou função do agente político contraria a jurisprudência. Cessado o exercício do cargo ou função, cessa também o foro por prerrogativa de função do respectivo agente político", justificou.

A Corte julga um *habeas corpus* protocolado pela defesa do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). O parlamentar é acusado de "rachadinha", por ser suspeito de exigir parte do salário de funcionários de seu gabinete, em 2013, quando ele era deputado federal. Ao longo do tempo, o político foi eleito vice-governador do Pará e senador, e o processo foi transferido entre as instâncias da Justiça.

Um recurso da ex-senadora Rose de Freitas também é julgado.

O julgamento virtual será encerrado na próxima sexta-feira (27). Na sessão virtual, os ministros depositam os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial. (Agência Brasil)

BC comunica exposição de dados de 150 chaves Pix

Um total de 150 chaves Pix de clientes da SHPP Brasil Instituição de Pagamentos (Shopee) teve dados expostos, informou na quarta-feira (19) o Banco Central (BC). Este foi o 14º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, a exposição ocorreu de 2 a 4 de setembro e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, CPF, instituição de relacionamento, agência, número e tipo da conta.

De acordo com o Banco Central, a exposição ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência".

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do *internet banking* da instituição. O Banco Central ressaltou que estes serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu que os clientes desconsiderassem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por *e-mail*.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Em todos os 14 incidentes com chaves Pix registrados até agora, foram expostas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

Em maio de 2022, o aplicativo de compras da Shopee recebeu autorização do BC para operar como instituição de pagamentos no Brasil. (Agência Brasil)

Comissão define status do Brasil em relação ao sarampo em novembro

O Brasil recebe no dia 4 de novembro a Comissão Regional de Monitoramento e Verificação da Eliminação do Sarampo, da Rubéola e Síndrome da Rubéola Congênita nas Américas. Esta será a quarta reunião em solo brasileiro do grupo, criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para monitorar a situação das doenças no continente. O encontro, em Brasília, deve definir, especificamente, o status brasileiro em relação ao sarampo.

Em 2016, o país havia sido certificado como livre do sarampo. O registro de diversos casos importados associados a baixas coberturas vacinais, entretanto, levaram a um novo surto da doença em 2018. Desde então, o Brasil busca, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), fortalecer e integrar ações de vigilância epidemiológica, laboratório, vacinação, atenção primária, comunicação e mobilização social e comunitária.

A previsão, de acordo com o Ministério da Saúde, é que a comissão permaneça no país até 6 de novembro. Durante a 26ª Jornada Nacional de Imunizações, no Recife, o diretor do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Eder Gatti, disse estar otimista diante da possibilidade de recertificação do Brasil como área livre do sarampo.

"Conseguir a recertificação é algo muito possível", avaliou, ao citar que o país "avançou" de categoria em 2023, passando de endêmico para pendente de reverificação.

Dados da pasta mostram que, em 2018, com a reintrodução do vírus, o país contabilizou 9.329 casos de sarampo em 11 estados. No ano seguinte, o cenário se agravou, totalizando 21.704 casos em 23 estados e levando à perda do certificado.

Em 2020, 8.035 casos foram registrados em 21 estados. No ano seguinte, foram 670 casos em seis estados. Por fim, em 2021, o Brasil registrou 41 casos em quatro estados, sendo o último no dia 5 de junho, no Amapá.

De lá para cá, nenhum caso autóctone (proveniente de transmissão local) de sarampo foi identificado no Brasil.

Segundo o ministério, dois casos importados da doença foram identificados este ano - um no Rio Grande do Sul e um em Minas Gerais. O cenário permite dizer que o país está há dois anos sem a confirmação de casos endêmicos e, portanto, sem a circulação do vírus, o que abriria caminho para a recertificação.

A comissão regional fez recomendações ao país no ano passado. Segundo o diretor Ministério da Saúde, foram cumpridas as seguintes:

- concluir atividades de microplanejamento para melhorar os níveis de imunidade da população;
- intensificar de forma urgente atividades de vacinação em estados e municípios de alto risco e que registraram surtos anteriores;
- modernizar os sistemas de informação sobre vacinação e vigilância de casos;
- e treinar profissionais de saúde estaduais e municipais em conceitos básicos de vigilância, busca ativa e resposta rápida ao sarampo.

Ainda de acordo com o diretor do PNI, a pasta deve publicar em outubro uma atualização do plano de ação relacionado à doença, que deixa de mirar na interrupção da circulação do vírus no país e passa a priorizar a reverificação do sarampo e também a sustentabilidade da eliminação da rubéola no Brasil.

Outra ação destacada por Gatti é a instituição do Dia S, um dia de mobilização nacional para vacinação e busca ativa de casos de sarampo.

"A busca pela eliminação do sarampo não envolve só vacinar. Há todo um processo de vigilância que a gente precisa organizar", disse, ao citar desafios não apenas para alcançar a recertificação de país livre da doença, como também para a manutenção dessa nova certificação, de forma que o cenário de 2018 não se repita. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1002378-63.2024.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Dora Ceglia. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1002378-63.2024.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Dora Ceglia, CPF. 262.820.048-10, que Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 3.651,00 (dezembro de 2023), decorrente do Atendimento/Conta n°s 9426769/199165, oriundos da prestação de serviços médico-hospitalar. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de setembro de 2024. 20 e 21/09/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1005730-47.2020.8.26.0010**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo - Ipiranga. Requerido: Zoraia Martins Vacite. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005730-47.2020.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Zoraia Martins Vacite (CPF. 586.348.199-49), que Sociedade Beneficente São Camilo - Ipiranga lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.168,78 (dezembro de 2020), decorrente do Recibo Provisório de Serviço n° 73289. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de agosto de 2024. 20 e 21 / 09 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1008051-19.2019.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Igor Mateus Nunes Alves EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008051-19.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) IGOR MATEUS NUNES ALVES, CPF 497.787.748-97, que Hospital São Camilo – Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 59.167,37 (março de 2019), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 169163, 169164, 169165, 169166, 169167 e 168267, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de Setembro de 2024. 20 e 21 / 09 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº1100701-74.2022.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado deSão Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Espolio de Wanderley do Rosario, Espolio de Nilza Pelegrini do Rosario,Augusto Marques Casimiro e Marisa Aparecida Assis de Oliveira Casimiro, réus ausentes,incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, queIrene Miranda de Nogueira e Francisco André Lopes Nogueira ajuizou(ram) ação deUSUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Virgilio de Lemos,nº. 308, Jardim Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04384-000, alegando posse mansa e pacífica noprazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionadospara contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias dapublicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em queserá nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na formada lei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0003342-79.2024.8.26.0001**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Duplicata. Exequente: Auto Center Signos Ltda. Executado: Juliana Vieira de Araújo 31426558830. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003342-79.2024.8.26.0001. A MM. Juiza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JULIANA VIEIRA DE ARAÚJO 31426558830, CNPJ 13.421.189/0001-38, que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Auto Center Signos Ltda, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 12.877,33 (fevereiro de 2024). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 12.877,33 (junho/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 11 de julho de 2024. 20 e 21 / 09 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1012792-94.2022.8.26.0002**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: Banco Yamaha Motor do Brasil S.a. Requerido: Daieris Gomes da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012792-94.2022.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariah Calixto Sampaio Marchetti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DAIERIS GOMES DA SILVA, CPF 12545288497, com endereço à RUA DO CAMPO CASA LIVIO TENÓRIO, S/N., BARREIROS, CEP 55560-000, Barreiros - PE, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Yamaha Motor do Brasil S.a., alegando em síntese: o Banco requerente lhe ajuizou contra a requerida a ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 29.217,53 (maio de 2023), representada pela Cédula de Crédito Bancário com Alienação Fiduciária n° 102210669022. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, para que pague a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, que fluirá após o prazo do presente edital (20 dias), bem como, ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. O oferecimento de embargos à execução, deve ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do prazo do presente edital, na forma do art. 231, do Código de Processo Civil; no mesmo prazo, reconhecendo seu débito, os devedores poderão depositar 30% do montante do principal e acessórios e requerer pagamento do restante em 6 parcelas mensais com juros e correção monetária. Não havendo o pagamento ou interposição de embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de setembro de 2024. 20 e 21 / 09 / 2024

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, pela **Imobiliária Comercial e Administradora São Miguel LTDA foi apresentada, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 917.999 em 09 de maio de 2024, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área do imóvel situado na Rua Saioá s/nº (emplacado sob nº 1.573) e Rua Saturnino dos Santos s/nº, matriculado sob nº 241.359, nesta Serventia Predial.** E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores proprietários ou seus herdeiros legais do prédio e respectivo terreno situado na Rua Saturnino dos Santos nº 380, matriculado sob nº 139.007 deste Registro, de propriedade de: **MARIA AUGUSTA PIRES que também assina MARIA AUGUSTA SENA, ARMANTINO MANOEL SENA, ANTONIO NASCIMENTO SENA e s/mr FILOMENA CALDEIRA, SERGIO AUGUSTO SENA, THEREZINHA FELIPPE SENA, CARLOS FELIPPE SENA, GREGÓRIO JOAQUIM SENA, NILZA DA CONCEIÇÃO SENA que também assina NILZA CONCEIÇÃO SENA, JOAQUIM CARVALHO SENA, SANDRA CRISTINA SENA, KÁTIA REGINA SENA e ELIANE AUGUSTA SENA**, constante daquela matrícula, uma vez que os mesmos não foram localizados, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, e, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação deste, que será levado a efeito por dois dias em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 18 de setembro de 2024.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 534.387, em 21/05/2024, o Requerimento feito por **SONIA MARIA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, maior, do lar, RG nº 13.728.936-4-SSP/SP, CPF/ME nº 044.768.788-30, residente e domiciliada nesta Capital, na Avenida Professor Alfonso Bovero, nº 638, apto. 56, Perdizes – CEP: 05019-010, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA do APARTAMENTO Nº 56, localizado no 5º andar do "EDIFÍCIO VILLA BELVEDERE", situado na Avenida Professor Alfonso Bovero, nº 638, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da matrícula nº 112.099, deste Serviço Registral**. Em observância à previsão legal contida no $ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado",** fica ele por este Edital **INTIMADO** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 27 de agosto de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**).

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 523.167, em 20/09/2023, o instrumento público de ata notarial para fins de reconhecimento extrajudicial de usucapião de 28 de novembro de 2022 (Lv. 3397, páginas 259/276) do 2º Tabelião de Notas desta Capital, acompanhada do respectivo requerimento de 15 de setembro de 2023, na qual CARLOS ALBERTO LAYDNER DE FIGUEIREDO, brasileiro, solteiro, empresário, RG. nº 16.744.907-2-SSP/SP, CPF/MF. 053.386.958-71, residente e domiciliado em Piraju, neste Estado, na Rua Manoel Domingues Ramos nº 151, Jardim Ana Maria, e, RODRIGO ALEXANDRE LAYDNER FIGUEIREDO, brasileiro, divorciado, empresário, RG. nº 22.534.974-7-SSP/SP, CPF/MF. nº 072.059.698-08, residente e domiciliado em Piraju, neste Estado, na Rua Dona Francisca Leonel nº 309, Centro, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do APARTAMENTO Nº 1001-B, no 10º andar ou 13º pavimento do EDIFÍCIO PERVAL, situado na Alameda Barros nº 186, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, objeto das transcrições nºs 29.689, 53.944, 55.402, 55.403, 55.404, 55.405 e matrícula 17.469, todas desta Serventia,** Em observância à previsão legal contida no $ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado",** ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 07 de setembro de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Companhia de Capital Fechado - CNPJ 28.042.871/0001-97 - NIRE 353.005.051.82

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 12/09/2024

Data, Hora e Local: Em 12/09/2024, às 15hs, na sede Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. **Mesa:** Felipe Guimarães Geissler Prince - Presidente; Gustavo José Marrone de Castro Marrone - Secretário. **Deliberações:** 1. Aprovar, nos termos do artigo 46, § único, da Lei 14.195, a realização, pela Companhia, da Emissão, com as seguintes características principais: **(a)** Número da Emissão: A Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia; **(b)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$150.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definida abaixo). **(c)** Número de Séries: A Emissão será realizada em série única; **(d)** Quantidade de Notas Comerciais Escriturais: Serão emitidas 150.000 Notas Comerciais Escriturais; **(e)** Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"); **(f)** Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para alongamento do passivo da Companhia, no valor de aproximadamente R$80.000.000,00, incluindo o pagamento de principal e juros, e o remanescente para usos corporativos gerais da Companhia; **(g)** Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), e destinadas exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais (assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11/05/2021), observados os termos e condições do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 3ª Emissão da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder. As Notas Comerciais Escriturais poderão ser distribuídas pelo Coordenador Líder a partir da data da divulgação do anúncio de início de distribuição ("Anúncio de Início"), realizada nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, com envio simultâneo, pelo Coordenador Líder, da versão eletrônica do Anúncio de Início à CVM e à B3, nos termos do § 2º do artigo 59 da Resolução CVM 160 ("Período de Distribuição"); **(h)** Local de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **(i)** Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será aquela a ser definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); **(j)** Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira data de integralização das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Início da Rentabilidade"); **(k)** Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais Escriturais: As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme a ser definido no Termo de Emissão), na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **(l)** Garantias: As Notas Comerciais Escriturais não serão garantidas por garantias reais ou fidejussórias; **(m)** Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de resgate das Notas Comerciais Escriturais, conforme a ser previsto no Termo de Emissão, de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) com eventual resgate da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo) e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de 1.095 dias corridos contados a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento"); **(n)** Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização: As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, na primeira data de integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso haja a integralização em mais de uma data, a Nota Comercial Escritural que venha a ser integralizada em data posterior à primeira data de integralização deverá ser integralizada pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive) ("Preço de Subscrição"), dentro do Período de Distribuição. As Notas Comerciais Escriturais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, a exclusivo critério do Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais Escriturais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade das Notas Comerciais Escriturais, na mesma data de subscrição e integralização; **(o)** Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais: As Notas Comerciais Escriturais não terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; **(p)** Remuneração das Notas Comerciais Escriturais: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100%da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), base 252 dias úteis ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,45% ao ano, base 252 dias úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a próxima data do pagamento da Remuneração (exclusive), na (i) data de Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) Data de Vencimento; (iii) data em que ocorrer o resgate a ser previsto no Termo de Emissão; (iv) data em que ocorrer um Resgate Antecipado Facultativo; (v) data em que ocorrer o resgate total das Notas Comerciais Escriturais decorrente de uma Oferta de Resgate Antecipado; ou (vi) data de pagamento decorrente de vencimento antecipado em decorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro, conforme o caso, de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; **(q)** Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Notas Comerciais Escriturais, conforme a ser previsto no Termo de Emissão, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo, de Amortização Extraordinária Facultativa e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento; **(r)** Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Notas Comerciais Escriturais, conforme a ser previsto no Termo de Emissão, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo, de Amortização Extraordinária Facultativa e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será realizado integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento; **(s)** Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Termo de Emissão serão realizados pela Companhia, **(i)** no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Notas Comerciais Escriturais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou **(ii)** para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso. **(t)** Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer valor devido aos Titulares nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% ("Encargos Moratórios"); **(u)** Classificação de Risco: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Notas Comerciais Escriturais; **(v)** Direito de Preferência: Não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Notas Comerciais Escriturais; **(w)** Fundo de Liquidez e Estabilização: Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Notas Comerciais Escriturais. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Notas Comerciais Escriturais no mercado secundário; **(x)** Repactuação Programada: As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; **(y)** Fundo de Amortização: Não será constituído fundo de amortização para a Emissão; **(z)** Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Titulares, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor a ser pago aos Titulares será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais a serem resgatadas, acrescido; **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais Escriturais objeto do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); **(ii)** dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos; e **(iii)** de prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, conforme item "(i)" anterior, de acordo com a tabela abaixo. As Notas Comerciais Escriturais objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser obrigatoriamente canceladas, observada a regulamentação em vigor. Não será admitido resgate antecipado parcial das Notas Comerciais Escriturais. Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo serão previstos no Termo de Emissão;

Data do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio de Resgate
A partir da Data de Emissão (inclusive) até 30/03/2026 (exclusive)	0,52%
A partir de 30/03/2026 (inclusive) até 30/06/2026 (exclusive)	0,50%
A partir de 30/06/2026 (inclusive) até 30/09/2026 (exclusive)	0,47%
A partir de 30/09/2026 (inclusive) até 30/12/2026 (exclusive)	0,39%
A partir de 30/12/2026 (inclusive) até 30/03/2027 (exclusive)	0,29%
A partir de 30/03/2027 (inclusive) até 30/06/2027 (exclusive)	0,20%
A partir de 30/06/2027 (inclusive) até 30/09/2027 (exclusive)	0,08%

(aa) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais Escriturais ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente: (a) à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso; acrescido (b) da Remuneração até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive) (sendo os itens "(a)" e "(b)" acima, considerados em conjunto como "Valor Base da Amortização Extraordinária Facultativa"), (c) demais encargos devidos e não pagos; e (d) de prêmio *flat* de amortização extraordinária conforme indicado na tabela abaixo, incidente sobre o Valor Base da Amortização Extraordinária Facultativa. O pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Amortização Extraordinária Facultativa será feito pela Companhia (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente pela B3; ou (ii) na hipótese de as Notas Comerciais Escriturais não estarem custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador. A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Notas Comerciais Escriturais, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais. Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa serão previstos no Termo de Emissão;

Data da Amortização Extraordinária Facultativa	Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa
A partir da Data de Emissão (inclusive) até 30/03/2026 (exclusive)	0,52%
A partir de 30/03/2026 (inclusive) até 30/06/2026 (exclusive)	0,50%
A partir de 30/06/2026 (inclusive) até 30/09/2026 (exclusive)	0,47%
A partir de 30/09/2026 (inclusive) até 30/12/2026 (exclusive)	0,39%
A partir de 30/12/2026 (inclusive) até 30/03/2027 (exclusive)	0,29%
A partir de 30/03/2027 (inclusive) até 30/06/2027 (exclusive)	0,20%
A partir de 30/06/2027 (inclusive) até 30/09/2027 (exclusive)	0,08%

(ab) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive), oferta de resgate antecipado total ou parcial das Notas Comerciais Escriturais, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais efetivamente resgatadas, que será endereçada a todos os Titulares, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares, conforme o que for definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais indicadas por seus respectivos Titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais objeto do resgate, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate, caso existentes; e (iii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Titulares, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. O pagamento das Notas Comerciais Escriturais resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Titulares a ser realizado pelo Banco Liquidante (conforme a ser definido no Termo de Emissão) e/ou pelo Escriturador, no caso de Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Caso a quantidade de Titulares que aceitaram a Oferta de Resgate Antecipado exceda eventual volume máximo estabelecido pela Companhia para realização da Oferta de Resgate Antecipado o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, sendo que todos os procedimentos como habilitação, apuração e validação de quantidades, serão realizados fora do âmbito da B3. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos no Termo de Emissão; **(ac)** Aquisição Facultativa: Observadas as normas aplicáveis, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais Escriturais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Titular vendedor por valor igual, inferior ou superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. A Companhia deverá fazer constar das demonstrações financeiras da Companhia referidas aquisições. As Notas Comerciais Escriturais adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (c) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Notas Comerciais Escriturais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Notas Comerciais Escriturais; **(ad)** Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; **(ae)** Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, a ser conduzido pelo Coordenador Líder nos termos do Contrato de Distribuição, para definição da alocação das Notas Comerciais Escriturais junto aos Investidores Profissionais, sendo que tal alocação será realizada de forma discricionária pelo Coordenador Líder, observadas as disposições do Contrato de Distribuição; **(af)** Vencimento Antecipado: As Notas Comerciais Escriturais serão ou poderão ser, conforme o caso, consideradas vencidas antecipadamente nas hipóteses e nos termos a serem previstos no Termo de Emissão (cada uma dessas hipóteses um "Evento de Vencimento Antecipado"); e **(ag)** Demais Características: As demais características e condições da Emissão e das Notas Comerciais Escriturais serão previstas no Termo de Emissão. 2. Autorizar a Diretoria da Companhia e seus procuradores a: (a) negociar os demais termos e condições das Notas Comerciais Escriturais; (b) adotar e praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta reunião, incluindo, sem limitação, o registro da Oferta perante a B3 e demais órgãos competentes, conforme aplicável, a contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta e de prestadores de serviços da Oferta, a celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como seus eventuais aditamentos e demais documentos necessários para a Emissão e a Oferta; e (c) a praticar os atos para registro e publicação da presente ata. 3. Autorizar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores no âmbito da Emissão e da Oferta. **Lavratura Da Ata:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Barueri, 12/09/2024. Jucesp nº 348.309/24-7 em 17/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.

CNPJ nº 33.113.427/0001-55

Demonstrações Contábeis em 31 de Março de 2024 *(Em Milhares)*

Balanço Patrimonial	31-Mar-24	31-Mar-23
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12.190	5.902
Contas a receber	–	–
Estoque	–	2.098
Inventário	–	17.938
Imposto a recuperar	407	486
Imposto diferido	7	449
Adiantamento a terceiro	–	–
Outras contas a receber	130.000	–
	142.604	**26.872**
Não Circulante		
Contas a receber	–	–
Propriedade, planta e equipamento	–	–
Ativo intangível	–	–
Total	**142.604**	**26.872**

Balanço Patrimonial	31-Mar-24	31-Mar-23
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		
Empréstimos de curto prazo	130.079	13.558
Contas a pagar - partes relacionadas	–	–
Contas a pagar	3	823
Impostos a pagar	1	247
Passivo de arrendamento	–	–
Salários e encargos sociais	–	–
Outros créditos	–	2.194
	130.083	**16.823**
Não Circulante	–	–
Imposto diferido	–	–
Patrimônio Líquido	10.000	10.000
Capital social	2.521	49
Lucro do exercício	**12.521**	**10.049**
Total	**142.604**	**26.872**

Demonstração do Resultado	31-Mar-24	31-Mar-23
Receita Operacional Bruta		
Receita venda produtos	22.351	152.136
Impostos sobre vendas	(2.298)	(21.483)
	20.053	**130.653**
Custo das Mercadorias Vendidas	(16.817)	(126.479)
Resultado Operacional Bruto	**3.236**	**4.174**
Despesas Operacionais		
Despesas gerais administrativas	(170)	(114)
Financeiras líquidas	640	(3.943)
	470	**(4.057)**
Lucro antes do IR e CS	**3.706**	**117**
IR e CS - correntes	(793)	(207)
IR e CS - diferidos	(442)	173
Total	**2.472**	**83**

Diretor: Tiago Medeiros Marques **Contadora:** Cassiane da Silva Takemasa - CRC-RS 079865/O-4 T SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº **1001168-15.2017.8.26.0005** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Comarca da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). Trazibulo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Eliseu Moreira Martins, CPF: 306.701.098-19, RG: 35.287.010-2 que, nos autos da ação supra, que lhe move Sonia Maria Arrepia Sampaio sobre os bloqueios de ativos financeiros de fls. 138/140 junto ao Banco do Brasil no importe de R$ 110,89 (cento e dez reais e oitenta e nove centavos) e de fls. 184/186 junto ao Banco Bradesco no valor de R$ 108,48 (cento e oito reais e quarenta e oito centavos), nos moldes do artigo 854, §2º do Código de Processo Civil; bem como em conformidade ao disposto no artigo 841, §2º, daquele mesmo Código, sobre o arresto efetivado no âmbito do processo registrado sob o nº 1002633-16.2021.8.26.0071, que tramita perante a 5ª Vara Cível do Foro de Bauru na Comarca de Bauru, e transferido a este Juízo a fls. 279/280 e 286/287, no montante de R$ 22.245,11 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e onze centavos) em virtude de constrição anteriormente ordenada a fls. 177, conforme extrato disponibilizados nos autos. Encontrando-se a(s) executada(a) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, DA PENHORA realizada bem como do prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação, nos termos do art. 854, § 3º, do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de maio de 2024. |20,23|

Edital de citação. Processo nº 1000929-49.2019.8.26.0002. Este Juízo faz saber a Patricia do Rosario Ramos, em local incerto e não sabido, que lhe(s) foi movida ação de Indenização por Dano Material por Banco Santander (Brasil) S/A. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, ser-lhe-á nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. Este edital tem prazo de 20 dias.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014682-06.2013.8.26.0001 A MM. Juiza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. Faz saber ao executado Fabio Gilho Teixeira, CPF nº 264.106.418-93, ação Procedimento Sumário (Direito de Vizinhança), requerida por Condomínio Edifício Forest Park III, que foi penhorado o valor que tiver direito a levantar no processo trabalhista nº 0242800- 18.2009.5.02.0049 em trâmite perante a 49ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP. Estando o executado em lugar ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, sob pena de prosseguir o feito em seus ulteriores termos. Afixe-se e publique-se na forma da lei.

Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 0004228-91.2023.8.26.0008. O Dr. Luis Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Leticia Pinheiro de Souza CPF 467.389.768-44 que nos autos da Ação de Despejo, em fase de Cumprimento Provisório de Sentença requerida por Porto Rico Administração Participações e Empreendimentos Ltda foi deferida a intimação por edital para que, no prazo de 15 dias, pague o valor de R$47.883,53 (30.04.24), devidamente atualizado, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% sobre o total. Transcorrido o referido prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes a fluir os 20 supra. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. **PROCESSO Nº 1085838-79.2023.8.26.0100.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Lúcia Xavier Goldman, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 09/08/2024, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **MARCO ANTONIO DE CÉZAREVILA ORSI**, RG. 52.207.569-1/SSP/SP, CPF. 524.260.528-64, pai Alberto Vila Orsi, mãe Maria Aparecida de Cazare Vila Orsi, Nascido/Nascida 03/05/2004, natural de São Paulo - SP, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente e por conta própria, os atos da vida civil, diante do comprometimento de funções mentais (globais e específicas) e demais funções, que repercutem na execução de tarefas. Há restrição total para atos de vida negocial e patrimonial, como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado. O quadro descrito é irreversível, sendo nomeada como **CURADORA,** em caráter **DEFINITIVO**, a Sra. MARIA APARECIDA DE CEZARE VILA ORSI, CPF: 073.266.858-19, RG:13.880.358-4/SSP/SP. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo, aos 16 de setembro de 2024.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃODA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. A Presidente do CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados da Entidade, para a Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá em São Paulo, na Rua Condessa Amália Matarazzo, 13 Jardim Peri, CEP 02652-000, no dia 26 de outubro de 2024, às 09:00 horas, em primeira chamada nos termos do parágrafo único do artigo 24 do Estatuto Social, para deliberar sobre **a seguinte ordem do dia: 1.** Prestação de contas do exercício anterior 2023; **2.** Aprovação da prestação de contas 2023; **3.** Informes gerais. São Paulo, 21 de setembro de 2024. VANDA SUELI ROSÁRIO – Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001994-33.2023.8.26.0010 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CATIA CRISTINA KERSEVAN, Brasileira, Casada, Prendas do Lar, RG 20.163.199-4, CPF 157.672.748- 35, com endereço à Rua Lagoa Formosa, 231, Casa 02, Vila Guilhermina, CEP 03543-090, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Instituto Maria Imaculada. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 23.836,17 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos) atualizado em 18/05/2023, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 27 de setembro de 2024, às 08:00 horas, em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), na sede social da Companhia, para deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **(i)** examinar, discutir e votar a proposta, formulada pela diretoria, de aumento do capital social da Companhia no valor de até R$ 6.119.254,54 (seis milhões, cento e dezenove mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), mediante a emissão de 611.925.454 (seiscentas e onze milhões, novecentas e vinte e cinco mil e quatrocentas e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(ii)** aprovar a realização da 3ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão, a qual será objeto de colocação privada, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 3ª (Terceira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A."; e **(iii)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes:** Os documentos e informações pertinentes à matéria relacionada neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia, nos termos do art. 135, §3º, da Lei das S.A. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação.

São Paulo (SP), 19 de setembro de 2024. **Wagner Cordeiro Marujo -** Diretor Presidente

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

Data, Hora, Local: 01.08.2024, às 09h, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, FR, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Carlos Leal Villa - Presidente; Celso Pedroso - Secretário. **Deliberações Aprovadas: 1.** Aceitar a renúncia da Sra. **Olga Stankevicius Colpo,** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, conforme termo de renúncia anexo à presente ata, datado de 30/06/2024. **2.** A eleição do Sr. **Antonio Carlos Manssour Lacerda,** brasileiro, casado, agrônomo, RG 68.428.524-1 e CPF/MF 424.159.346-15, ao cargo de Conselheiro, iniciando o seu mandato em 01.08.2024 até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras em 31.12.2025 ("AGO Contas 2025"). **3.** A reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração que, em conjunto com o Sr. **Antonio Lacerda,** compõem o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato até a AGO Contas 2025: **(i) Carlos Leal Villa,** brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 01.085.158-58 SSP/BA, CPF/MF 112.163.365-04, com endereço comercial na sede da Companhia, no cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(ii) Fernando Lima Rocha Lohmann,** brasileiro, economista, casado, RG 10.117.655-0 IFP/RJ e CPF/MF 289.332.088-01, residente em São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(iii) Marcelo Moses de Oliveira Lyrio,** brasileiro, divorciado, economista, RG 59.168.992-3 e CPF/MF 746.597.157-87, com endereço em São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(iv) Albérico Machado Mascarenhas,** brasileiro, casado, economista, RG 01.036.068-90 SSP/BA e CPF/MF 101.846.785-87, residente em Salvador/BA, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(v) Antonio Carlos Manssour Lacerda,** brasileiro, casado, agrônomo, RG 68.428.524-1 e CPF/MF sob o nº 424.159.346-15, residente e domiciliado em Cotia/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e **(vi) Denise Pauli Pavarina,** brasileira, em união estável, economista, RG 11.974.549-5 SSP/SP e CPF/MF 076.818.858-03, residente em São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração. Cada um dos membros do Conselho de Administração, ora eleitos/reeleitos aceitam o cargo para os quais foram eleitos e afirmam, expressamente, nos termos e para os fins do §1º do artigo 147 da Lei 6.404/76, conforme alterada e sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 01.08. 2024. **Mesa: Carlos Leal Villa -** Presidente, **Celso Pedroso -** Secretário. JUCESP nº 339.727/24-0 em 12.09.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AUREA NEW HOME LTDA - CNPJ/ME nº 55.905.171/0001-51 - NIRE 35.234.231.083

Extrato da 1ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes: Finvest Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, CNPJ/ME 10.230.588/0001-23, por sua gestora Finhealth Gestão de Recursos Ltda., CNPJ/ME 11.081.121/0001-21, representada por seus diretores Marcio Garcia de Souza, e Marcelo de Andrade, que ora representam, nomeiam e constituem seu bastante procurador, doravante simplesmente **"FCP FIP".** Único sócio da **Aurea New Home Ltda**, (**"Sociedade"**). E, ainda, na qualidade de sócio retirante: A. **"FCP FIP"**. E, na qualidade de sócio ingressante: A. **Finvest Finanças e Investimentos S.A.**, CNPJ 04.063.042/0001-22, com sede em São Paulo/SP, NIRE 35.300.333.501, representada por seus diretores, **Aline Pereira Stumpf Gomes** e **Marcelo de Andrade**, doravante simplesmente "**FFISA**". Têm, entre si, justos e contratados por unanimidade, alterar o Contrato Social: **1. Redução do Capital Social e Cancelamento de Quotas:** 1.1. O sócio "**FCP FIP**", decide pelo cancelamento **de 5.250.000** quotas subscritas e não integralizadas**,** no valor de **R$ 5.250.000,00**. 1.2. O capital social que era de **R$ 7.000.000,00**, dividido em **7.000.000** de quotas, de valor de R$ 1,00 cada, subscrito e parcialmente integralizado, em função do cancelamento acima descrito, passa a ser de **R$ 1.750.000,00** dividido em **1.750.000** quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **2. Transferência de Quotas:** 2.1. O sócio "**FCP FIP**", detentor de **1.750.000 quotas** integralizadas, com valor nominal de **R$ 1,00**, que perfaz o total de **R$ 1.750.000,00,** neste ato, cede e transfere onerosamente **1.750.000 quotas** a **"FFISA".** 2.1.1. Após a cessão onerosa, o sócio "**FCP FIP"** retira-se da "Sociedade". Por esta razão, "**FCP FIP**" concederá a "**FFISA**", após o pagamento das quotas, a mais ampla, geral e irrestrita quitação, para nada mais reclamar em juízo ou fora dele; 2.1.2. Declaração do sócio ingressante. O sócio ingressante declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de praticar atividades mercantis. 2.2. Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Social, que vigorar-se-á com a seguinte nova redação: "***Cláusula Quarta - Capital Social:*** O capital social da Sociedade integralizado em moeda corrente nacional, é no valor de R$ 1.750.000,00, dividido em 1.750.000 de quotas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas: ***Sócio - Quotas - Valor: Finvest Finanças e Investimentos SA - 1.750.000 - R$ 1.750.000,00; Total - 1.750.000 - R$ 1.750.000,00.*"** **3. Alteração da Razão Social:** 3.1. Os sócios decidem alterar a razão social da "Sociedade" para "**Aurea Homes Ltda**". Desta forma, a Cláusula Primeira do Contrato Social viger-se-á com a seguinte redação: "***Cláusula Primeira - Denominação Social:*** *A sociedade empresária girará sob o nome de* ***Aurea Homes Ltda***, *e é uma sociedade limitada que reger-se-á pelas disposições desde Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades empresárias limitadas prevista no código Civil e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada (lei das S.A.).*" **4. Consolidação do Contrato Social:** Resolvem consolidar o Contrato Social, que vigorar-se-á com a seguinte nova redação, já incorporando as alterações aprovadas nas deliberações acima: São Paulo, 30.08.2024. **Sócia retirante**: Finvest Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - Representada por Finhealth Gestão de Recursos Ltda., Por Marcio Garcia de Souza e Marcelo de Andrade. **Sócio Ingressante:** Finvest Finanças e Investimentos SA - Representada por Aline Pereira Stumpf Gomes e Marcelo de Andrade. **Diretores:** Fernando Barretto Bergamin, Marcelo de Andrade.

PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA. - CNPJ: 20.589.286/0001-08

Relatório da Administração

A PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA. é uma empresa sólida no mercado, com mais de 10 anos no ramo de prestação de serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, no Município de São Paulo, onde, em 2023, sob o comando do seu Gestor Administrativo Sr. JOSEANDRO PEREIRA DE SOUZA PIÃO, *concomitantemente a um novo grupo de gestores internos, deram continuidade às mudanças iniciadas em 2022.* 01 - Em junho de 2022, ocorreu uma grande mudança na gestão administrativa da empresa, onde, por inúmeros problemas gerenciais, operacionais e financeiros, além da preocupação na continuidade da organização, iniciou-se um planejamento estrutural, com a finalidade de recuperação operacional e financeira proporcionando grandes mudanças internas e externas, objetivando melhores práticas de ação. 02 - Com foco na administração dos recursos financeiros e do endividamento, a empresa negociou todo seu endividamento com terceiros e fornecedores no montante de R$ 24.376.000, elaborando, organizando e executando um plano de contas a pagar, parcelando de forma condizente com seu fluxo de caixa e honrando os compromissos assumidos. Este plano de ação iniciou-se no final no exercício 2022, percorreu o exercício de 2023 e será concluído em 2024, cujo objetivo fim determinado é não possuir pendências, honrando todos seus compromissos, nos prazos estabelecidos. 03 - O Departamento Pessoal e o Departamento de Recursos Humanos eram gerenciados por empresa terceirizada contratada, onde identificou-se que o processo de mensuração das informações para elaboração de suas rotinas diárias, possuíam falhas de processos e gerenciamento de informações. Houve a ruptura do contrato com a empresa terceirizada, onde a organização passa a deter o poder de gestão dos departamentos em questão, implementando e reorganizando suas infraestruturas, equipamentos, softwares e hardwares, visando a melhoria nos processos de gestão da informação, e, operacionalmente, realizou a contratação de consultores, melhorando assim o nível dos processos internos dos departamentos. Em atendimento à legislação, implantou controle de ponto e desenvolveu processos de gerenciamento de informações, obtendo como retorno otimização da folha de pagamento. 04 - Criou-se o Departamento de Compras, visando a eficiência e eficácia na aquisição de peças e autopeças, com melhor gerenciamento de custos, além de aumentar a qualidade das mercadorias adquiridas para uso e consumo. A partir de então, segue-se os padrões exigidos para aquisição de peças e acessórios, com gasto mensal médio de R$ 2.975.677. 05 - Diante da necessidade de melhorar o gerenciamento dos seus ativos e da atualização dos bens de seu imobilizado, ocorreu a contratação da empresa RAVIS CONSULTORIA, com o objetivo de aprimorar o controle interno de seus bens móveis e atualizar seu ativo imobilizado, realizando uma avaliação e conciliação patrimonial, ao qual identificou-se que se encontrava em defasagem pelo uso e tempo, ainda com controles que admitiam aprimoramento. 06 - Houve a renovação de toda infraestrutura do Departamento de Manutenção do Departamento "ATENDE", onde estamos melhorando os resultados, diminuindo custos e atendendo ao Contrato de Prestação de Serviço com a Municipalidade, além da melhora dos serviços sociais prestados à população. 07 - Atendendo a necessidade contratual de renovação de frota, foram adquiridos 63 (sessenta e três) veículos novos, movidos a Diesel, que começaram a operar no início de 2023. 08 - Realizou-se uma revisão tributária em exercícios anteriores, como um primeiro ato desta gestão, visando a redução de todo endividamento tributário e mantendo o pagamento mensal dos impostos, tributos e taxas, onde, atualmente, identificam-se valores em aberto, ao qual está em vias de parcelamento e débitos em abertos, sendo renegociados de forma condizente com o fluxo de caixa da empresa. Busca-se, de imediato, a renegociação junto a RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), através de processo de parcelamento denominado TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA INDIVIDUAL, buscando reduzir o endividamento tributário da empresa, que hoje encontra-se aproximadamente em R$ 82.000.000, considerando desconto em multas e juros do período e adequando a parcela a um valor compatível com o fluxo de caixa. Esta negociação, encontra-se nas tratativas finais, onde os números esperados são: *"DEMAIS DÉBITOS: R$ 4.863.616,92 - ENTRADA 6%: R$ 291.817,02. 12 parcelas de R$ 24.318,09 - SALDO = R$ 4.571.799,90 Redução 33,5% = R$ 1.533.838,87 SALDO = R$ 3.037.961,03 108 X R$ 28.129,27. " "PREVIDENCIÁRIOS: R$ 80.805.201,57 - ENTRADA 6% R$ 4.848.330,09 12 parcelas de R$ 404.027,51 SALDO = R$ 75.957.171,48 Redução 33,5% R$ 25.445.652,45 SALDO R$ 50.511.519,03 - 48 parcelas de R$ 1.053.323,31."* Visando uma melhora significante no desempenho da empresa, de maneira geral, como ocorrido no exercício de 2023, estende-se a expectativa para o exercício 2024, conforme: 09 - Será executada revisão da contabilidade de períodos anteriores, com o intuito de adequarmos as informações, através de documentos que possam dar suporte às ações tomadas e, caso necessário, realizarmos ajustes, aprimorando os números apresentados de maneira mais bem estruturada e consistente. 10 - Investimento para locação de terreno, para que sirva de estacionamento à frota existente e que será futuramente adquirida, totalizando 36 (trinta e seis) veículos movidos à energia elétrica, subsidiados em 80% pela SPTRANS (São Paulo Transporte S.A.), com instalação de 12 (doze) pontos de recarregamento. 11 - Ainda, investimento na aquisição de 24 novos veículos para utilização no ATENDE, sendo 14 (quatorze) deles substituídos e 10 (dez) adquiridos para aumento da frota operacional do ATENDE. 12 - Aprimoramento dos controles internos, visando adequar o contencioso trabalhista, fornecendo estrutura de trabalho condizente com a legislação e diminuindo o número de ações trabalhistas contra a empresa. 13 - Sob a responsabilidade da nova Gestão, temos 1.850 (mil oitocentos e cinquenta) postos de trabalho diretos e mais de 6.000 (seis mil) postos de trabalho indiretos, atendendo as exigências contratuais e contribuindo para melhoria da região próxima onde estamos estabelecidos. O objetivo para o exercício de 2024 é manter o quadro de colaboradores, e, se necessário, aumentando tal número, objetivando um melhor atendimento à população. 14 - Buscar melhor evolução nos índices de operação "IQT" (Índice de Qualidade do Transporte), para melhor atender ao sistema; 15 - Realizar a contratação de escritório de Advocacia especializado, para acompanhamento e melhoramento das ações tributárias e, ainda, acompanhamento de empresa de Auditoria, visando a melhoria dos processos internos, externos e documental, para que seja possível atender a todos preceitos das normas contábeis, regulamento do imposto de renda, legislação comercial e contratual. 16 - Nos exercícios seguintes, o compromisso da nova Gestão é manter regular o pagamento de todos impostos, tributos e taxas (Previdência, FGTS, IPVA "quando houver", IPTU, dentre outros) e honrar os parcelamentos junto a RFB (Receita Federal do Brasil) e a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), mantendo sua regularidade fiscal de acordo. A Gestão da PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA. encontra-se comprometida com seus parceiros e colaboradores, focada em manter todos os compromissos firmados, proporcionando credibilidade e sustentabilidade a operação, por ela realizada. *Em conformidade com as determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. A Diretoria está à disposição dos fornecedores, clientes, parceiros e instituições financeiras para quaisquer esclarecimentos necessários.*

PLANO DE AÇÃO PARA EXERCÍCIO 2024 E POSTERIORES: A Pêssego Transportes Ltda., tem como objetivo principal para os próximos exercícios, melhorar a administração do seu fluxo de caixa, honrando seus compromissos e mantendo a solidez junto a seus fornecedores e prestadores de serviços. Através de uma administração estratégica e perene se compromete em oferecer uma prestação de serviços em transporte para os clientes com qualidade, segurança e confiança. Para atingir seus objetivos estabelecemos como meta para os próximos exercícios: 01 - Aprimorar dos controles internos de compra e utilização de peças e acessórios homologados pela SPTrans, porém no sistema de melhor preço e concorrência honesta e transparente entre fornecedores, de forma que haja redução de custos e parceria sólidas e estratégicas; 02 - Realizar um Planejamento Tributário: Contratação de um escritório tributário visando a prática de Elisão Fiscal para melhorar a gestão dos tributos previdenciários, além da administração do contencioso tributário existente; 03 - Atender as normas societárias, normas contábeis e normas fiscais no seu dia a dia, com planejamento antecipado sobre processos novos que venham a ocorrer, onde teremos acompanhamento da contabilidade, auditoria e advocatício visando redução de custos e litígios posteriores; 04 - Estabelecer um Plano de controle do contencioso trabalhista - análise criteriosa sobre os processos demissionários e rescisões de contrato; 05 - Adquirir 36 ônibus elétricos com 80% de subsídio da SPTRANS, que ocasionará aumento do ativo imobilizado da empresa melhorando a gestão de recursos, diminuindo o consumo de peças e serviços de manutenção nos primeiros anos e consequentemente melhorando os índices contábeis e financeiros; 06 - Estabelecer um compromisso com a melhoria da OPERAÇÃO, trabalhando com eficiência e eficácia, atingindo nossos índices operacionais visando o aumento de recursos, e satisfação de nossos clientes; 07 - Realizar a Projeção de receitas e despesas para os exercícios seguintes, baseado na receita auferida em 2023 no valor de R$ 309.455.986 estimamos um crescimento médio para o ano de 2024 e subsequentes e ainda baseado em anos anteriores, redução de 5% dos custos e despesas propiciando melhora no resultado dos exercícios e recomposição do patrimônio líquido da empresa. Abaixo apresentamos a projeção para os próximos 04 (quatro) anos de receitas, custos e despesas:

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 (Em R$)

DRE	2024	2023
Receita líquida de serviços prestados	324.928.785	309.455.986
(-) Custos operacionais	246.499.019	259.472.651
Lucro operacional bruto	**78.429.767**	**49.983.335**
Despesas administrativas	**68.696.937**	**68.696.937**
Despesas operacionais	-	-
Despesas administrativas	68.302.152	68.302.152
Despesas tributárias	394.785	394.785
Lucro antes do resultado financeiro	**9.732.829**	**(18.713.603)**
Outras receitas	-	-
Despesas financeiras	(5.217.064)	(5.217.064)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**4.515.765**	**(23.930.666)**
IRPJ/CSLL	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	**4.515.765**	**(23.930.666)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 (Em R$)

DRE	2025	2024
Receita líquida de serviços prestados	340.401.585	324.928.785
(-) Custos operacionais	259.472.651	246.499.019
Lucro operacional bruto	**80.928.933**	**78.429.767**
Despesas administrativas	**68.696.937**	**68.696.937**
Despesas operacionais	-	-
Despesas administrativas	68.302.152	68.302.152
Despesas tributárias	394.785	394.785
Lucro antes do resultado financeiro	**12.231.996**	**9.732.829**
Outras receitas	-	-
Despesas financeiras	(5.217.064)	(5.217.064)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**7.014.932**	**4.515.765**
IRPJ/CSLL	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	**7.014.932**	**4.515.765**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2026 (Em R$)

DRE	2026	2025
Receita líquida de serviços prestados	355.874.384	340.401.585
(-) Custos operacionais	272.446.284	259.472.651
Lucro operacional bruto	**83.428.100**	**80.928.933**
Despesas administrativas	**68.696.937**	**68.696.937**
Despesas operacionais	-	-
Despesas administrativas	68.302.152	68.302.152
Despesas tributárias	394.785	394.785
Lucro antes do resultado financeiro	**14.731.163**	**12.231.996**
Outras receitas	-	-
Despesas financeiras	(5.217.064)	(5.217.064)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**9.514.099**	**7.014.932**
IRPJ/CSLL	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	**9.514.099**	**7.014.932**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2027 (Em R$)

DRE	2027	2026
Receita líquida de serviços prestados	371.347.183	355.874.384
(-) Custos operacionais	272.446.284	272.446.284
Lucro operacional bruto	**98.900.899**	**83.428.100**
Despesas administrativas	**68.696.937**	**68.696.937**
Despesas operacionais	-	-
Despesas administrativas	68.302.152	68.302.152
Despesas tributárias	394.785	394.785
Lucro antes do resultado financeiro	**30.203.962**	**14.731.163**
Outras receitas	-	-
Despesas financeiras	(5.217.064)	(5.217.064)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**24.986.898**	**9.514.099**
IRPJ/CSLL	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	**24.986.898**	**9.514.099**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

08 - Projetar diante do exposto, a recuperação patrimonial para empresa PESSEGO TRANSPORTES LTDA em um prazo de 04 (quatro) anos, atingido assim o objetivo principal de toda esta reestruturação de constituir base sólida para darmos continuidade operacional a nossa atividade sem afetar a qualidade na prestação de serviços e atendendo a todos os compromissos contratuais que temos com Municipalidade, Fornecedores, Colaboradores e demais partes interessadas.

São Paulo, 04 de setembro de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais sem centavos, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante		**36.958.213**	**31.218.338**
Disponível	3	5.169.173	9.198.665
Aplicações Financeiras	4	128.122	21.209
Contas a Receber	5	16.851.393	9.472.535
Estoques	6	2.675.288	2.069.167
Outros Créditos	7	5.664.077	10.456.763
Despesas Pagas Antecipadamente		87.731	-
Comodato		6.286.523	-
Impostos a Recuperar		95.906	-
Não Circulante		**94.610.104**	**69.028.658**
Realizável a Longo Prazo	8	1.938.138	1.938.138
Investimentos	9	2.074.681	5.056.197
Imobilizado	10	90.597.285	62.034.323
Total do Ativo		**131.568.317**	**100.246.996**

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante		**61.759.045**	**32.006.360**
Valores a Pagar	11	12.571.244	3.319.358
Empréstimos e Financiamentos	12	24.743.893	4.767.287
Obrigações Trabalhistas	13	12.139.946	20.365.036
Obrigações Fiscais		17.359	-
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	14	5.544.149	3.554.679
Outras Contas a Pagar		455.931	-
Comodato		6.286.523	-
Não Circulante		**83.716.991**	**36.164.026**
Empréstimos e Financiamentos	12	31.401.576	10.101.780
Parcelamentos Previdenciários	14	20.146.888	26.062.246
Obrigações Trabalhistas em discussão judicial	13	27.295.232	-
Provisão para Demanda Judicial	15	4.873.295	-
Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto		**(13.907.719)**	**32.076.610**
Capital Social	16	66.800.000	66.800.000
(Capital a Integralizar)		(40.000.000)	(40.000.000)
Reserva de Lucros		1.211.982	1.211.982
Ajuste de Exercícios Anteriores		(22.053.663)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(19.866.038)	4.064.628
Total do Passivo e Passivo a Descoberto		**131.568.317**	**100.246.996**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31/12/2021	66.800.000	(40.000.000)	1.450.484	19.308.947	**47.559.431**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(238.502)	238.502	-
Resultado do Exercício	-	-	-	(15.482.821)	**(15.482.821)**
Saldos em 31/12/2022	**66.800.000**	**(40.000.000)**	**1.211.982**	**4.064.628**	**32.076.610**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(22.053.663)	**(22.053.663)**
Resultado do Exercício	-	-	-	(22.053.663)	**(23.930.666)**
Saldos em 31/12/2023	**66.800.000**	**(40.000.000)**	**1.211.982**	**(41.919.701)**	**(13.907.719)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita Operacional Líquida		**309.455.986**	**292.358.595**
Custo dos Serviços Prestados	17	(259.472.651)	(260.993.560)
Lucro Operacional Bruto		**49.983.335**	**31.365.034**
Despesas Operacionais - Administrativas		**(68.696.937)**	**(46.048.270)**
Despesas com Pessoal	18	(15.323.448)	(7.255.307)
Despesas de Arrendamento Mercantil e Locação de Bens		(525.823)	(38.730)
Despesas de Conservação de Bens e Instalações		(1.269.865)	(573.813)
Despesas com Transporte		(10.300)	(1.761.097)
Outras Despesas Administrativas	19	(47.817.816)	(36.236.615)
Despesas de Depreciação e Amortização		(160.212)	(173.945)
Outras Receitas/Despesas	20	(3.589.473)	(8.763)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		**(18.713.602)**	**(14.683.235)**
Despesas Financeiras	25	(5.961.099)	(646.435)
Receitas Financeiras	26	744.035	85.351
Lucro antes dos Impostos		**(23.930.666)**	**(15.244.319)**
Imposto de Renda PJ		-	-
Contribuição Social s/Lucro Líquido		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		**(23.930.666)**	**(15.244.319)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**(23.930.666)**	**(15.244.319)**
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(22.053.663)	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(45.984.329)**	**(15.244.319)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro do exercício	**(23.930.666)**
(+) Depreciação e Amortização	26.627.780
(+) Provisão para Contingências	4.873.295
(+) Ajuste de Exercício Anterior	(22.053.663)
Lucro Líquido Ajustado	**(14.483.254)**
(Aumento) ou Redução nos Ativos e Passivos Operacionais	
(Aumento) ou Redução de Clientes	(7.378.858)
(Aumento) ou Redução de Outros Créditos	4.792.685
(Aumento) ou Redução de Impostos a Recuperar	(95.906)
(Aumento) ou Redução de Estoques	(606.121)
(Aumento) ou Redução de Comodato	(6.286.523)
(Aumento) ou Redução de Despesas Antecipadas	(87.731)
Aumento ou (Redução) de Fornecedores	9.251.886
Aumento ou (Redução) de Obrigações Fiscais	17.359
Aumento ou (Redução) de Outras Obrigações com Pessoal	19.070.141
Aumento ou (Redução) de Parcelamentos	(3.925.888)
...continuação	
Aumento ou (Redução) de Outras Contas a Pagar	455.931
Aumento ou (Redução) de Comodato	6.286.523
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**7.010.244**
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos	
(-) Aquisição de Imobilizado	(35.838.192)
(-) Ajustes de Imobilizado	(19.469.429)
(+) Baixa Líquida de Imobilizado	116.880
(-) Aumento de Investimentos	2.981.516
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	**(52.209.225)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
(+) Financiamentos de Curto Prazo	19.976.606
(+) Financiamentos de Longo Prazo	21.299.796
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**41.276.402**
Fluxo de Caixa Gerado no Período	**(3.922.579)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.219.874
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.297.295
Variação no Caixa e Equivalentes	**(3.922.579)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA, Companhia localizada a Avenida Jacu-Pêssego nº 581 - Vila Jacuí - Município de São Paulo - SP, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Empresarial Limitada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D5 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2021 e alterações; Lei Federal nº 13.278, de 07/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 12.587 de 03/01/2012, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.200, de 05/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541 de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015. As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e suas correspondentes notas explicativas. A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 04/09/2024. A administração da Empresa vem tomando diversas medidas administrativas para melhorar seus processos de controles, e também operacionais, e medidas contábeis para que suas Demonstrações Contábeis estejam em conformidade com as práticas contábeis. Para isso, diversos ajustes foram realizados neste exercício para refletir de forma mais consistente seus saldos contábeis. Apresentamos abaixo um quadro dos ajustes realizados:

Contas	Saldo em 31.12.2022	Ajuste Realizado	Saldo em 31.12.2023
Numerários em Caixa	6.406.683	(6.105.549)	301.134
Aplicações de Liquidez Imediata	21.209	106.913	128.122
Aplicações Financeiras	2.729.183	600.487	3.329.670
Operações a Receber	-	1.813.342	1.813.342
Adiantamento a Prestadores de Serviço	527	5.746.240	5.746.767
Valores e Créditos Vinculados	8.279.827	(8.279.827)	-
Outras Despesas Antecipadas - Comodato	-	6.329.813	6.329.813
Estoques	2.069.167	606.121	2.675.288
Consórcios a Contemplar	4.044.975	(3.862.329)	182.646
Compromisso de Investimento SP Trans	1.011.222	880.813	1.892.035
Imobilizado - Bens em Operação	62.034.323	28.562.962	90.597.285
Depreciação Acumulada	(94.939.056)	(26.627.781)	(121.566.837)
Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante)	14.869.067	39.765.903	54.634.970
Contas a Pagar - Processos Judiciais	-	1.469.308	1.469.308
Provisão para Demanda Judicial	-	4.873.295	4.873.295
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	**(22.053.663)**	**(22.053.663)**

2. Políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação- As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa as do exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados. O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequado a nossa realidade operacional. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.3. Estimativas contábeis** - Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações em razão de eventuais variações, conforme CPC 23. As Demonstrações Contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas necessárias referentes às provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. **2.5. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da SPTrans pelo transporte de passageiros. **2.6. Imobilizado** - Os bens do imobilizado estão mensurados pelo seu custo histórico, menos os encargos de depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida estimada dos bens. Os valores residuais e a vida Útil dos ativos são revisados e ajustados, no fim de cada exercício. Em 2023, foi realizado um levantamento de todo o Imobilizado (Veículos e demais ativos) e conciliação, gerando um ajuste conforme comentado na Nota nº 9. **2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de "Impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste no valor contábil. **2.8. Fornecedores e contas a pagar** - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante, pois o vencimento é devido no período de até um ano. **2.9. Férias e encargos** - Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais incidentes. **2.10. Obrigações Tributárias e Trabalhistas** - Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento e sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses. **2.11. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A Sociedade apresenta em seu Balanço Patrimonial ativos e passivos financeiros, caracterizados como Instrumentos Financeiros, conforme descrito na Instrução CVM nº 235/95. Os passivos financeiros em aberto na Empresa em 31 de dezembro de 2023 não são objetos de negociação no mercado financeiro. Não é aplicável, portanto, a comparação dos saldos dos instrumentos financeiros da Companhia com os correspondentes valores de mercado. Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Empresa não possuía operações com derivativos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **2.13. Provisões para contingências** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **2.14. Reconhecimento da receita** - A receita Operacional Bruta inclui a prestação de serviços de transporte de passageiros, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada liquida dos abatimentos e descontos e é contabilizada de acordo com o boletim diário encaminhado pela SPTrans. **2.15. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos** - A Empresa não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **2.16. Seguros** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratações de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. **2.17. Reserva de Lucros -** As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

3. Disponível

Descrição	2023	2022
Numerários em Caixa	301.134	6.406.683
Numerário em Trânsito	1.500.000	-
Bancos Conta Movimento	38.369	62.799
Aplicações de Liquidez Imediata	3.329.670	2.729.183
Total	**5.169.173**	**9.198.665**

A redução da conta de Numerários em Caixa deve-se a ajuste de valores de exercícios anteriores, contemplados no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

4. Aplicações Financeiras

Descrição	2023	2022
Aplicação Bradesco - VGBL	-	21.209
Aplicação - BB Renda Fixa	31.508	-
Aplicação XP - 13º Investimentos	59	-
Aplicação Invest. Fácil Bradesco	96.555	-
Total	**128.122**	**21.209**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a Receber

Descrição	2023	2022
SP Trans **(A)**	6.381.867	9.472.535
SP Trans - Recebimentos Futuros **(B)**	8.632.656	-
Valores a Receber por Confissão de Dívida **(C)**	1.813.342	-
Outros	23.528	-
Total	**16.851.393**	**9.472.535**

(A) Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes. O prazo de recebimento é de 5 dias úteis a contar da data da operação. Não existem valores pendentes a longa data que necessitem de provisão para PECLD. **(B)** Referem-se a valores de remuneração do mês de dezembro, repassados em atraso em janeiro de 2024. **(C)** Refere-se a serviços de renegociação com redução de crédito tributário, não realizados pela assessoria jurídica, gerando uma Confissão de Dívida dos honorários pagos.

6. Estoques

Descrição	2023	2022
Peças, Componentes e Acessórios	2.266.943	1.411.512
Combustíveis e Lubrificantes	380.672	420.370
Outros itens	27.673	237.285
Total	**2.675.288**	**2.069.167**

7. Outros Créditos

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Prestadores de Serviços **(A)**	5.664.077	-
Outros Adiantamentos	-	2.176.936
Valores e Créditos Vinculados **(B)**	-	8.279.827
Total	**5.664.077**	**10.456.763**

(A) Refere-se a valores pagos, a título de adiantamento, para compra de precatórios. Devido ao não deferimento de pagamentos de tributos através dos precatórios, a operação não foi finalizada e os valores serão restituídos pela Assessoria Jurídica responsável pela intermediação. **(B)** A redução refere-se títulos públicos adquiridos para compensação de tributos em anos anteriores, porém foram indeferidos e não temos mais a expectativa de utilização, por essa razão foram baixados no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

8. Realizável a Longo Prazo

Descrição	2023	2022
Bloqueios Judiciais	1.938.138	1.938.138
Total	**1.938.138**	**1.938.138**

9. Investimentos

Descrição	2023	2022
Consórcios de Veículos a Contemplar **(A)**	182.646	4.044.975
Compromisso Investimento SP Trans **(B)**	1.892.035	1.011.222
Total	**2.074.681**	**5.056.197**

(A) A redução deve-se a utilização dos valores para aquisição de 22 veículos em 2023. **(B)** Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

10. Imobilizado: Movimentação do Imobilizado

Bens em Operação	Taxa de Depreciação (a.a.)	Saldo 31/12/2022	Aquisições	Ajustes Avaliação Patrimonial	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2023
Veículos de Passageiros em Geral	10%	56.616.480	34.361.740	15.854.032	(116.880)	(22.246.433)	84.468.939
Veículos de Passageiros (Atende+)	10%	-	724.497	7.057.175	-	(4.554.127)	3.227.545
Veículos de Suporte Operacional	10%	644.961	350.000	63.609	-	(98.087)	960.483
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	386.421	-	346.388	-	(26.998)	705.811
Ferramentas Duráveis	4%	199.069	14.000	(139.098)	-	(14.137)	59.834
Móveis e Utensílios	10%	1.451.896	126.716	(844.534)	-	(106.876)	627.202
Bilhetagem Eletrônica	10%	2.588.238	-	(3.040.634)	-	452.396	-
Equipamento Informática e Comunicação	20%	147.258	246.932	178.366	-	(32.323)	540.233
Equipamento de Segurança	20%	-	14.307	(5.875)	-	(1.195)	7.237
Total Imobilizado		**62.034.323**	**35.838.192**	**19.469.429**	**(116.880)**	**(26.627.780)**	**90.597.285**

A Administração atual está adotando diversas medidas para melhoria dos controles da empresa. O controle do Imobilizado era deficiente e, portanto, em 2023 foi contratada a empresa Ravis Consultoria, que realizou um levantamento de todos os bens do Imobilizado da PÊSSEGO. Esse levantamento foi conciliado com os saldos contábeis e gerou uma série de ajustes que estão contemplados no Passivo (Empréstimos) e no Patrimônio Líquido, não se tratando de reavaliação, mas ajuste dos saldos contábeis.

11. Valores a Pagar

Descrição	2023	2022
Fornecedores	6.103.684	1.583.338
Fornecedores - Prestadores de Serviços	3.643.812	442.826
Fornecedores - Diesel	2.779.637	1.293.194
Fornecedores - Filial	19.565	-
Fornecedores - Pres. de Serviço - Filial	24.546	-
Total	**12.571.244**	**3.319.358**

12. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	2023	2022
Financiamento de Veículos	8.983.869	4.372.871
Empréstimos Banco Daycoval	6.513.295	-
Financiamento de Veículos (SLUS)	4.909.034	-
Capital de Giro	4.337.695	394.416
Total Circulante	**24.743.893**	**4.767.287**
Financiamento de Veículos (SLUS)	9.173.141	-
Financiamento de Veículos	20.962.362	10.101.780
Empréstimo Capital de Giro B. BS2 S.A.	1.266.073	-
Total Não Circulante	**31.401.576**	**10.101.780**
Total Empréstimos e Financiamentos	**56.145.469**	**14.869.067**

São empréstimos efetuados principalmente para financiamento de veículos e capital de giro, junto à Instituições Financeiras. Em 2023 foi realizada conciliação com a posição de endividamento da Pêssego junto ao Banco Central e relatórios financeiros, gerando um ajuste de R$ 28.381.507, sendo R$ 24.249.392 referente à conciliação de imobilizado e R$ 4.132.115 reclassificados do resultado do exercício.

13. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2023	2022
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7.386.305	20.365.036
Contas a Pagar de Processos Judiciais	1.469.308	156.600
Provisões sobre Folha de Pagamento	3.284.333	-
Total Circulante	**12.139.946**	**20.521.636**
Obrigações Trabalhistas em Discussão Administrativa	27.295.232	-
Total Não Circulante	**27.295.232**	**-**
Total Obrigações Trabalhistas	**39.435.178**	**20.521.636**

A empresa, através de Assessoria Jurídica, está realizando a revisão tributária de exercícios anteriores, e está em fase de renegociação junto a RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), através de processo de parcelamento denominado TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA INDIVIDUAL, visando a redução de todo endividamento tributário incluindo parcelamentos e débitos em aberto.

14. Parcelamentos Fiscais e Previdenciários

Descrição	2023	2022
Parcelamento IRRF	21.601	21.601
Parcelamento IRPJ	3.244.393	3.118.142
Parcelamento CSLL	355.061	414.936
Parcelamentos Previdenciários	1.923.094	-
Total Circulante	**5.544.149**	**3.554.679**
Parcelamento IRPJ	1.698.491	1.990.473
Parcelamento CSLL	1.390.648	1.402.874
Parcelamento INSS	17.057.750	22.668.899
Total Não Circulante	**20.146.889**	**26.062.246**
Total Empréstimos e Financiamentos	**25.691.038**	**29.616.925**

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 13, a empresa está em fase de renegociação dos valores de parcelamentos fiscais e previdenciários. Com as projeções de redução, considerando descontos de multas e juros, a empresa está adotando o critério de provisão de 50% do total dos parcelamentos.

15. Provisão para Demandas Judiciais: Há processos de natureza cível, trabalhistas e tributárias, cujos valores mensurados pelas Assessorias Jurídicas são:

Grau de Risco - Provável	Grau de Risco - Possível	Total
4.873.295	1.199.500	**6.072.795**

Do montante mencionado pelos advogados, provisionamos os valores com risco de perda provável, conforme quadro abaixo:

Descrição	2023
Contingência Trabalhista	2.088.900
Contingência Cível	2.784.395
Total Provisionado	**4.873.295**

Considerando as renegociações mencionada na Nota Explicativa nº 13, não realizamos Provisão para Demandas Tributárias pois os processos estão em fase de recurso junto à Receita Federal e PGFN. De acordo com a posição dos advogados, os valores em discussão estão estimados em R$ 10.846.024. Recebemos também autuação fiscal em sede de recurso especial, de cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multa pelas declarações enviadas, com valor de causa estimado em R$ 224.737.046. Conforme comentado no Relatório da Administração, estamos em fase de levantamento e revisão dos registros contábeis anteriores, para apresentação junto à Receita Federal. Devido a esse fato, não provisionamos o valor.

16. Capital Social: O Capital Social está representado por R$ 66.800.000 cotas sociais, pelo valor nominal de R$ 1 (um real cada), sendo R$ 26.800.000 totalmente integralizado e R$ 40.000.000 a integralizar.

17. Custos

Descrição	2023	2022
Transporte de Passageiros	(200.024.320)	(244.082.916)
Fiscalização	(7.519.936)	(3.516.596)
Manutenção	(51.928.395)	(13.394.048)
Total	**(259.472.651)**	**(260.993.560)**

18. Despesas com Pessoal

Descrição	2023	2022
Remuneração	(8.451.240)	(5.028.989)
Encargos Sociais	(3.815.311)	(1.840.133)
Benefícios	(3.056.897)	(14.658)
Outras Despesas com Pessoal	-	(371.527)
Total	**(15.323.448)**	**(7.255.307)**

19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2023	2022
Utilidades e Serviços Públicos	(881.393)	(736.249)
Despesas Gerais de Administração	(44.393.879)	(34.643.117)
Despesas Gerais de Operação	(2.045.979)	(857.249)
Despesas Gerais de Manutenção e Fiscalização	(496.565)	-
Total	**(47.817.816)**	**(36.236.615)**

20. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2023	2022
Outras Receitas	4.808.061	-
Receitas	**4.808.061**	**-**
Outras Despesas		
Multas	(111.887)	(8.763)
Causas Cíveis	(139.407)	-
Causas Trabalhistas	(3.272.686)	-
Despesas de Provisão para Contingência	(4.873.295)	-
Alienação de Bens Patrimoniais Diversos	(259)	-
Despesas	**(8.397.534)**	**(8.763)**
Total Outras Receitas e Despesas	(3.589.473)	(8.763)

21. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **c) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros, não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2023, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **d) Risco de taxas de juros:** O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

22. Informações Suplementares: Em 31 de dezembro de 2023, com base nos saldos do Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices Contábeis	FÓRMULAS	Índice calculado 2023		Mínimo exigido	Índice calculado 2022		Mínimo exigido
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	36.958.213 / 61.759.045	0,60	≥ 0,60	31.218.338 / 28.451.681	1,10	≥ 0,60
Liquidez Geral	AC + RLP / PC + ELP	38.896.351 / 145.476.036	0,27	≥ 0,60	30.753.958 / 64.615.707	0,48	≥ 0,60
Liquidez Seca	AC - Estoques / Passivo circulante	34.282.925 / 61.759.045	0,56	≥ 0,60	29.149.172 / 28.451.681	1,02	≥ 0,60
Endividamento Total	PC + ELP / Ativo total	145.476.036 / 131.568.317	1,11	≤ 0,60	64.615.707 / 100.246.996	0,64	≤ 0,60
Quociente de Solvência	Ativo total / PT - PL	131.568.317 / 145.476.036	0,90	≥ 1,25	100.246.996 / 64.615.707	1,55	≥ 1,25

Tarciano Bezerra Caiano - CPF: 331.323.708-86 - Sócio Diretor

Ronaldo Rodrigues da Costa - CPF: 249.719.478-50 - Sócio Diretor

André Barauna Vieira - CPF: 162.995.288-50 - Contador - CRC: 1SP211634/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da **PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA.**
São Paulo - SP.

OPINIÃO COM RESSALVA: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos advindos ou que possam advir dos assuntos tratados no parágrafo Base para Opinião com ressalva, para as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA:** Conforme nota explicativa nº 11, observa-se um aumento na conta de Valores a Pagar de R$ 9.251.886, 279% em relação ao exercício anterior, porém a empresa não possui abertura dos saldos por Fornecedor, impossibilitando a validação da conta, e não temos como quantificar eventuais efeitos, se houver, nas Demonstrações Contábeis. Embora a empresa possua planilha com a composição dos valores referentes à Empréstimos a Pagar e tenha atualizado os saldos com base no relatório do Banco Central, não é realizada conciliação dos valores e não tivemos acessos a todos os contratos. Dessa forma não temos como mensurar possíveis distorções e seus efeitos nas Demonstrações Contábeis. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 e no Relatório da Administração, a empresa está em fase de negociação dos débitos junto a SRF e PGFN de parcelamentos rompidos e outros débitos previdenciários, no âmbito do programa de Transação Tributária, visando a redução dos valores de multas e juros, bem como o parcelamento dos valores. Nesse momento, a Empresa adotou como critério a contabilização de 50% dos valores contingenciais, ou seja, o montante de R$ 25.691.038, pois entende, em conjunto com os assessores jurídicos, que deva ser esse o desembolso que será feito após concluídas as negociações. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a empresa está discutindo em esfera administrativa um auto de infração da Secretaria da Receita Federal, sobre imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 224.737.046, que abrange a autuação e multa de 100%. De acordo com os assessores jurídicos, a discussão está na derrubada dessa multa e na revisão dos valores da autuação e, posteriormente, o parcelamento do valor final, sendo que nesse momento eles não conseguem mensurar qual valor deverá ser efetivamente desembolsado. Além do auto de infração, existem outros processos junto à Fazenda Nacional, estimados pelos advogados em R$ 10.846.024, também em discussão sobre o valor final. Dessa forma nenhuma provisão foi constituída. A empresa não elaborou a Demonstração do Fluxo de Caixa de 31.12.2022 pelo método indireto para apresentação de forma comparativa. Está apresentada a Demonstração de 31.12.2023, pelo método indireto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva. **ÊNFASE:** Como descrito na nota explicativa nº 1, a Administração atual da Empresa está adotando diversas medidas administrativas e operacionais para melhorar seus controles internos e contábeis. Com isso diversos ajustes contábeis foram levantados e realizados em 2023. Esses ajustes refletem aquilo que a Administração conseguiu identificar e que são os mais relevantes no momento. A Administração continua analisando os exercícios anteriores para eventualmente identificar outras situações que podem merecer ajustes. **OUTROS ASSUNTOS:** As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração, foram auditadas por outros auditores, conforme Relatório dos Auditores Independentes, datado de 12 de julho de 2023, sem ressalva. **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e na adequada divulgação no Relatório da Administração e Nota 1, das medidas e premissas que levam a Administração a manter a base da continuidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de setembro de 2024.

PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC 2SP 002000/O-0

Member: PrimeGlobal - An Association of Independent Accounting Firms

MILTON MIRANDA RODRIGUES - Sócio - Diretor
CONTADOR - CRC 1SP 112905/O-5

Consultas médicas e internações caem de 2019 para 2023 na rede privada

Um levantamento da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), associação que representa um grupo de mais de 120 hospitais particulares, mostrou que, de 2019 a 2023, houve uma redução do número de consultas ambulatoriais, internações e terapias, por paciente. Mas houve aumento dos exames e atendimentos médicos em prontos socorros.

O levantamento mostra que o número de consultas ambulatoriais por paciente caiu de 4,7 em 2019 para 4,1 em 2023, ou seja, 12%. As internações caíram de 0,193 para 0,189 por paciente nos 5 anos, queda de 2%, enquanto os procedimentos odontológicos diminuíram de 6,6 para 5,7, queda de 13%, e as terapias passaram de 1,7 para 1,6, redução de 8%.

Já o número de exames aumentou no período, subindo de 19,8 para 23,4, ou seja, uma alta de 18%. Também tiveram alta os atendimentos médicos em prontos socorros (4%).

Na comparação com 2022, no entanto, foi constatada um aumento de quase 3% no número de internações por pacientes, já que naquele ano a média calculada foi 0,184.

Operadoras

O levantamento da Anahp mostrou ainda que as operadoras de plano de saúde apresentaram um resultado financeiro líquido positivo de R$ 5,1 bilhões no primeiro semestre deste ano, o que representa cerca de 3,5% do que as empresas arrecadaram com as taxas pagas pelos 51 milhões de beneficiários desses planos no período, o chamado prêmio, que chegou a R$ 147,41 bilhões.

Os planos de saúde desembolsaram 83% desses prêmios com os pagamentos dos procedimentos médicos aos usuários desses planos, ou seja, R$ 123,02 bilhões. Esse percentual, chamado de taxa de sinistralidade, foi inferior aos observados nos 12 meses de 2021 (87%), de 2022 (89%) e de 2023 (87%), anos em que os planos fecharam com prejuízos de 1,6%, 9,9% e 9,2%, respectivamente.

Ainda segundo a pesquisa, a variação dos custos médico-hospitalares no país chegou a 11,66% em 2023, acima dos 8,78% em 2022, mas abaixo dos 13,86% de 2019. Desde 2014, esses custos variaram acima da inflação oficial, com exceção de 2020, ano de início da pandemia, quando caiu 8,45%.

A inflação oficial em 2023, por exemplo, ficou em 4,62%. Em 2022, foi de 5,79%. "Olhando 100% dos beneficiários e a variação do seu custo per capita, a gente tem a notícia que todo mundo conhece, de que os custos médicos variam acima dos custos da inflação geral", afirma Luiz Feitoza, um dos responsáveis pelo estudo.

De acordo com Feitoza, a variação é calculada com base na demanda dos serviços e no custo propriamente dito dos procedimentos. E o principal responsável pela variação positiva do indicador no acumulado dos 10 anos, entre 2014 e 2023, foi o custo propriamente dito, que cresceu 119,8%, enquanto a demanda subiu apenas 23,22%.

A variação do custo médico hospitalar em 2023 foi muito pressionada pelo aumento do custo das terapias, segundo o estudo.

"A crise na saúde suplementar tem que passar vigorosamente pela identificação real dos motivos. Buscamos com esse levantamento e avaliação técnica do ponto de vista financeiro e operacional. Identificamos, por exemplo, que os usuários de planos de saúde realizam menos consultas médicas, internações e terapias. Mas, por outro lado, os custos tiveram um aumento importante, como as terapias, que cresceram 40% por procedimento, em valores reais descontado o IPCA, nos últimos cinco anos", avalia Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp. (Agência Brasil)

Moraes rejeita recurso do X contra bloqueio de perfis de Monark

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na sexta-feira (20) pela rejeição de recursos apresentados pelas rede sociais X e Discord contra a decisão que derrubou os perfis do influenciador digital Bruno Monteiro Aiub, conhecido como Monark.

No ano passado, Moraes determinou aplicação multa de R$ 300 mil e suspendeu as redes sociais do influenciador, que é investigado pela suposta prática de espalhar "notícias fraudulentas" sobre as eleições de 2022. Ele também teve as contas bancárias bloqueadas pelo ministro.

No voto proferido no julgamento virtual que começou na sexta-feira, Moraes entendeu que as redes sociais não podem recorrer das medidas determinadas contra o influenciador por razões processuais.

"É incabível ao recorrente opor-se ao cumprimento do bloqueio dos canais, perfis, contas, nos termos da decisão proferida nestes autos, eis que se trata de direito de terceiro investigado, e por não comportar recorribilidade pela via eleita", decidiu Moraes.

O julgamento virtual ocorre na Primeira Turma do Supremo e será encerrado na sexta-feira (27). Na sessão virtual, os ministros depositam os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

Os demais votos serão proferidos pelos ministros Cristiano Zanin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino. (Agência Brasil)

Combate às fake news deve focar em quem tem dúvidas sobre vacinas, diz Opas

O combate às *fake news* envolvendo vacinação, sobretudo nas redes sociais, deve ter como foco quem tem dúvidas sobre a eficácia e a segurança das doses e não quem espalha boatos e notícias falsas. É o que defende a representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil, Socorro Gross.

"Temos que trabalhar muito, e temos que trabalhar juntos, contra essas pessoas que espalham *fake news*, sabendo que não vão mudar. Mas há um outro grupo de pessoas. E são pessoas com quem ainda podemos falar porque têm dúvidas", disse Socorro, ao participar da 26ª Jornada Nacional de Imunizações, no Recife.

"Somos mais os que acreditam que as vacinas dão certo. Alguns dizem que vacinas não são boas. Estes são poucos, mas eles falam muito. E isso chega pelas redes sociais", destacou Socorro. "Por isso, temos que falar com as pessoas que ainda podemos mudar porque têm dúvidas. Elas precisam de informação que dá certo."

Para a representante da Opas no Brasil, o país vive o que chamou de "momento de virada" no que diz respeito à vacinação. "Já se mostrou, ao mundo todo, que é possível, quando se tem decisão política e coordenação. Que dá certo", disse, ao destacar que o Brasil, recentemente, deixou de integrar a lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas.

"O Brasil tem elevado suas coberturas vacinais como nenhum outro país tem feito e mostra, novamente, a força proveniente da união, em meio a adversidades, de instituições que se juntam para cuidar de todos", concluiu, destacando que a Opas segue como parceira do governo e de instituições brasileiras nesse processo. (Agência Brasil)

Deputado Glauber Braga é detido durante desocupação da Uerj

Após 56 dias de ocupação, os estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) foram retirados do Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do Campus Maracanã. Eles descumpriram o prazo dado pela Justiça para que saíssem do edifício e, com autorização judicial, a Polícia Militar entrou no local para retirá-los.

Houve confronto, policiais usaram bombas de efeito moral, estudantes revidaram com pedras. Estudantes chegaram a ser detidos. O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) também foi detido, ao defender os estudantes.

Em nota, a reitoria da Uerj confirmou que, na tarde da sexta-feira (20), foi concluída a desocupação do Pavilhão João Lyra Filho e assinada a reintegração de posse dos espaços da Uerj. Segundo a reitoria, a maior parte dos grupos da ocupação "evadiu-se antes que os agentes pudessem identificá-los. Outros, no entanto, foram detidos e levados para registro de ocorrência, visto que se encontravam em descumprimento de decisão judicial".

A reitoria diz ainda que "lamenta profundamente que, apesar de todos os esforços de negociação – oito reuniões com entidades representativas dos estudantes e audiência de conciliação com a juíza do Tribunal de Justiça – a situação tenha chegado a esse ponto de intransigência por parte dos grupos extremistas da ocupação".

Pelas redes sociais, os estudantes manifestaram indignação com a atitude da reitoria. "É absurdo, é autoritário, e só se viu ação assim durante a ditadura militar", dizem em publicação e complementam em outra: "a reitoria da Uerj deu ordens para o choque retirar estudantes pobres de dentro da universidade".

Em nota, o PSOL se manifestou sobre a prisão de Braga. "A prisão do deputado federal do PSOL Glauber Braga se deu de modo arbitrário e ilegal, quando nosso parlamentar tentava negociar uma solução pacífica para a reintegração de posse do Pavilhão João Lyra Filho".

O partido informou ter acionado o departamento jurídico para avaliar as medidas cabíveis contra o estado do Rio de Janeiro.

Na ação, um policial se feriu enquanto manuseava os próprios equipamentos e acabou sendo levado para o hospital.

Os estudantes protestam contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil. Eles pedem a revogação do Ato Executivo de Decisão Administrativa 038/2024, que estabelece, entre outras medidas, que o auxílio alimentação passará a ser pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em *campi* que ainda não disponha de restaurante universitário. O valor do auxílio alimentação será de R$ 300, pago em cotas mensais, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Além disso, ato da Uerj estabelece como limite para o recebimento de auxílios e Bolsa de Apoio a Vulnerabilidade Social ter renda familiar, por pessoa, bruta igual ou inferior a meio salário-mínimo vigente no momento da concessão da bolsa. Atualmente, o valor é equivalente a até R$ 706. Para receber auxílios, a renda precisa ser comprovada por meio do Sistema de Avaliação Socioeconômica.

As novas regras, segundo a própria Uerj, excluem mais de 1 mil estudantes, que deixam de se enquadrar nas exigências para recebimento de bolsas.

A Uerj informa ainda que as bolsas de vulnerabilidade foram criadas no regime excepcional da pandemia e que o pagamento delas foi condicionado à existência de recursos. De acordo com a universidade, os auxílios continuam sendo oferecidos para 9,5 mil estudantes, em um universo de 28 mil alunos da Uerj, e que todos os que estão em situação de vulnerabilidade continuam atendidos.

Ao longo da ocupação, houve confrontos entre estudantes e universidade. Tanto a reitoria quanto os estudantes alegaram falta de espaço para negociações. A Uerj não recuou no ato, mas estabeleceu uma transição até que as novas regras passem a vigorar.

Entre as medidas de transição estão o pagamento de R$ 500 aos estudantes que deixam de se enquadrar nas regras da Bolsa de Apoio a Vulnerabilidade Social, o pagamento de R$ 300 de auxílio-transporte e tarifa zero no restaurante universitário ou auxílio-alimentação de R$ 300 nos campi sem restaurante. As medidas são voltadas para estudantes em vulnerabilidade social com renda per capita familiar acima de 0,5 até 1,5 salário-mínimo e valem até dezembro.

Sem negociação, o caso acabou judicializado. No último dia 17, foi realizada uma audiência de conciliação, mas não houve acordo. A juíza determinou a desocupação da universidade, mas garantiu aos estudantes o direito à reivindicação. "Deve ser preservado o direito de reivindicação, devendo, contudo, os alunos, exercer tal direito nos *halls* existentes nos andares do prédio no período compreendido entre 22h e 6h da manhã, sem qualquer obstáculo ao regular funcionamento da universidade. Os demais espaços que os alunos pretendam ocupar devem ser submetidos à prévia aprovação da reitoria", diz a decisão.

A juíza também agendou para o dia 2 de outubro uma nova audiência especial, com o objetivo de buscar um acordo sobre os valores das bolsas de estudo e dos demais auxílios. (Agência Brasil)

Eleições 2024: candidatos não podem ser presos a partir deste sábado

A partir deste sábado (21), os candidatos que disputam as eleições municipais deste ano não poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito.

Pela norma, postulantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ficam impedidos de detenção durante os 15 dias que antecedem o primeiro turno do pleito, que neste ano será realizado no primeiro domingo outubro (dia 6). A regra está prevista no parágrafo 1º do artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

O objetivo da medida é garantir o equilíbrio da disputa eleitoral e prevenir que prisões sejam usadas como manobra para prejudicar o candidato por meio de constrangimento político ou o afastando de sua campanha eleitoral.

Caso ocorra qualquer detenção no período, o candidato deverá ser conduzido imediatamente à presença do juiz competente, que verificará a legalidade na detenção. Quando não houver flagrante delito, o juiz deverá relaxar a prisão do candidato.

No caso dos eleitores, o prazo que proíbe a prisão é de cinco dias antes do pleito (1º de outubro), a não ser em flagrante delito.

Segundo turno

A partir 12 de outubro, nos municípios onde houver segundo turno, a ser realizado no dia 27 de outubro, último domingo do mês, o candidato não poderá ser preso ou detido. Novamente, a única exceção é para prisões em flagrante delito. O flagrante ocorre no exato momento em que o agente está cometendo o crime ou, após sua prática, há evidências de que a pessoa presa é, de fato, autora do delito.

A Constituição Federal e a Resolução TSE nº 23.734/2024 determinam que, somente em cidades com mais de 200 mil eleitores aptos a votar, os candidatos poderão disputar o segundo turno, caso nenhum deles tenha sido eleito por maioria absoluta (metade mais um dos votos válidos) na primeira fase da eleição.

Com essa condição da lei eleitoral, dos 5.569 municípios que participarão das eleições 2024, apenas 103 localidades têm a possibilidade de ter uma segunda etapa do pleito para a prefeitura municipal.

Eleições 2024

No pleito deste ano, estão em disputa os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador em 5.569 municípios. O TSE contabiliza 5.569 vagas para prefeituras, mais 5.569 vagas para vice-prefeituras, além de 58.444 vagas de vereadores nas câmaras municipais, que representam o Poder Legislativo da cidade.

Em 6 de outubro, disputam as vagas mais de 463,35 mil candidatas e candidatos disputarão cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em 5.569 municípios, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Brasil tem 155,9 milhões de pessoas aptas a votar no pleito deste ano. Por se tratar de eleições municipais, os eleitores que estão no exterior não estão obrigados a votar. (Agência Brasil)

PF prende 31 candidatos em 10 estados

A Polícia Federal (PF) prendeu, até o momento, 31 candidatos nas eleições municipais deste ano que estavam com mandado de prisão em aberto. O balanço mais recente foi atualizado às 17h da sexta-feira (20). As prisões ocorreram em dez estados, e os mandados em aberto são por crimes variados, sendo grande parte por não pagamento de pensão alimentícia, mas também homicídio, estupro, tráfico e corrupção.

De acordo com a legislação, quem possui mandado de prisão em aberto não fica impedido de disputar um cargo eletivo, caso não tenha sido condenado por um tribunal colegiado ou tenha condenação definitiva. No entanto, a pessoa pode ser presa se for encontrada. Já a partir do sábado (21), porém, os candidatos que disputam as eleições municipais não poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito.

Pela norma, postulantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ficam impedidos de detenção durante os 15 dias que antecedem o primeiro turno do pleito, que neste ano será realizado no primeiro domingo outubro (dia 6). A regra está prevista no Parágrafo 1º do Artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

No pleito deste ano, estão em disputa os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador em 5.569 municípios. O TSE contabiliza 5.569 vagas para prefeituras, mais 5.569 vagas para vice-prefeituras, além de 58.444 vagas de vereadores nas câmaras municipais, que representam o Poder Legislativo das cidades.

Em 6 de outubro, mais de 463,35 mil candidatas e candidatos disputarão cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em 5.569 municípios, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Brasil tem 155,9 milhões de pessoas aptas a votar no pleito deste ano. Por se tratar de eleições municipais, os eleitores que estão no exterior não estão obrigados a votar. (Agência Brasil)

Suspeitos de incêndio criminoso no Pantanal são alvo de operação da PF

Suspeitos de incêndio criminoso no Pantanal, que causou prejuízo de R$ 220 milhões, são alvo da Operação Prometeu, deflagrada pela Polícia Federal (PF), na sexta-feira (20).

Segundo as investigações, neste ano, mais de 6,4 mil hectares foram queimados para a criação de gado na região de Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

Os agentes cumpriram sete mandados de busca e apreensão no estado.

Os suspeitos devem responder pelos crimes de provocar incêndio em mata ou floresta, desmatar e explorar economicamente área de domínio público, falsidade ideológica, grilagem de terras e associação criminosa.

De acordo com a PF, a área queimada tem sido repetidamente foco desse tipo de crime ambiental e também de grilagem, inclusive, com a realização de fraudes junto a órgãos governamentais.

Segundo a Polícia Federal, "a ocupação irregular da área vem sendo utilizada para exploração econômica por meio da pecuária". As buscas apontam a existência de pelo menos 2,1 mil cabeças de gado na área pertencente à União, mas a estimativa é de criação de mais de 7,2 mil animais no período investigado. (Agência Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 688 21 A 27 DE SETEMBRO DE 2024

Importados

Audi abre pré-venda no país do inédito Q6 e-tron

A Audi do Brasil está realizando uma ofensiva de lançamentos que a marca das quatro argolas fará no país nos próximos meses, e o inédito Audi Q6 e-tron, que representa a visão da fabricante para a mobilidade elétrica premium do futuro, entrou em pré-venda. As encomendas do modelo já podem ser realizadas na rede de 42 concessionárias autorizadas da marca em todo o país.

Estão disponíveis duas versões – Q6 e-tron Performance quattro e Q6 e-tron Performance Black quattro – com valores a partir de R$ 529.990, na modalidade venda direta. O veículo 100% elétrico representa o próximo passo da Audi em seu projeto de eletrificação, adotando a nova linguagem visual de design da marca, oferecendo autonomia para percorrer longas distâncias e apresentando tecnologias inéditas como a Plataforma Elétrica Premium – Premium Platform Electric (PPE), que irá revolucionar a dinâmica de condução dos modelos eletrificados.

Externamente, o novo Audi Q6 e-tron assimila a nova linguagem visual minimalista da marca das quatro argolas, com linhas mais fluídas e orgânicas, vincos menos proeminentes e conjunto ótico afilado. Além disso, o modelo utiliza o novo logotipo Audi rings, com estética bidimensional e cores foscas. As inscrições em relação ao nome do veículo, versão e motorização estão tanto na tampa traseira do porta-malas quanto na coluna B, de forma discreta e elegante.

Com suas proporções perfeitas, o Audi Q6 e-tron representa uma evolução no design da família e-tron. As formas suaves da carroceria estão em constante interação com os vincos e bordas, transmitindo dinamismo e movimento estético mesmo quando parado. A dianteira vertical com o Singleframe completamente fechado e invertido segue a linguagem de design particular dos modelos 100% elétricos da Audi, projetando uma presença confiante e poderosa. As luzes diurnas com assinaturas personalizáveis - são oito possibilidades - fornecem ao Q6 e-tron um visual ainda mais marcante.

A Plataforma Elétrica Premium (PPE, na sigla em inglês) foi criada pela Audi e é projetada exclusivamente para veículos elétricos. A nova PPE foi desenvolvida na arquitetura de 800 Volts, o que proporciona ao modelo ótima autonomia e alta performance de recarga, com picos de 270kW DC (carregador de carga rápida, que fornece energia em corrente contínua). O tamanho da bateria e a distância entre-eixos dos veículos também são escaláveis. Isso permite incluir modelos SUV e CUV, bem como modelos Sportback ou Avant, que fazem parte do segmento principal da gama da Audi.

Cabine sustentável e nova

Projetado de dentro para fora, o modelo apresenta um novo conceito de cabine, acolhedora e com foco nas necessidades dos usuários, combinando um design tridimensional com alto contraste a uma arquitetura espacial que oferece tecnologia, estética e sustentabilidade em perfeito equilíbrio.

As saídas de ar-condicionado horizontais e estreitas contribuem harmoniosamente para o visual. Um conjunto de controles está integrado na maçaneta da porta do lado do motorista e combina perfeitamente com o cockpit. Ele possui as funções mais importantes, como configurações de espelhos, funções de assento e porta e configurações de luz e visibilidade. Graças à nova plataforma PPE, desenvolvida especialmente para a mobilidade elétrica, o veículo também possui um interior espaçoso altamente adequado para o uso diário, com diversos nichos e porta-objetos.

O console central possui dois porta-copos, uma bandeja e duas entradas para carregamento de smartphones. Como é característico dos veículos elétricos sem túnel central, há espaço extra para as pernas, priorizando a mobilidade dos ocupantes. O porta-malas oferece 526 litros - quando os assentos traseiros são rebatidos, o espaço sobe para até 1.529 litros. Os bancos traseiros rebatem-se individualmente (40:20:40) e há um espaço adicional de 64 litros sob o capô dianteiro.

O interior é dominado pelo "palco digital" com o display panorâmico Audi MMI e o display do passageiro dianteiro. Os displays estão perfeitamente integrados no conceito de design e proporcionam ao interior uma sensação espaçosa e arejada. O display panorâmico Audi MMI apresenta um design curvo e contempla a tecnologia OLED. As telas contam com Audi virtual cockpit de 11,9 polegadas, além do display MMI touch de 14,5 polegadas. A tela com forma curva lembra o Singleframe, identidade da Audi, e a iluminação ambiente faz com que a tela curva pareça flutuar à noite.

Para o passageiro dianteiro, o palco digital é complementado individualmente por um display MMI de 10,9 polegadas, que está perfeitamente integrado ao design do painel. Um modo de privacidade permite que o passageiro desfrute das funcionalidades da tela sem distrair o motorista. Ao mesmo tempo, permite ao passageiro auxiliar o condutor, por exemplo, na navegação e controle de mídias.

Por fim, o head-up display com realidade aumentada representa um avanço significativo na tecnologia e mostra informações relevantes como velocidade, sinais de trânsito e ícones de assistência e navegação. A imagem virtual cria a impressão de que os itens exibidos estão flutuando a até 200 metros de distância e interagem com o ambiente. O motorista consegue entender o funcionamento das telas também em condições de baixa visibilidade.



Internamente, há luzes ambientes interativas (IAL, na sigla em inglês) que auxiliam o carro na interação com seus ocupantes em três funções centrais. Entre elas, a função de boas-vindas, a indicação de quando o veículo está trancado e destrancado.

O IAL também auxilia na segurança: por exemplo, representa os piscas dinâmicos. No entanto, o IAL continua sendo um display adicional e não substitui os alertas no cockpit virtual. Por fim, ele também ilustra outras informações, como exibição do nível de carga e progresso do carregamento, mostradas como uma luz pulsante.

O sistema de som Bang & Olufsen Premium com som 3D, do Audi Q6 e-tron, oferece a máxima precisão acústica. A música é ouvida exatamente como foi gravada – para uma experiência sonora natural e impressionante. Um amplificador altamente eficiente está no coração do Bang & Olufsen Premium Sound System. Ele aciona 16 alto-falantes com 705 watts.

Os alto-falantes de graves nas portas dianteiras ficam em uma caixa separada, causando menos vibração nas partes próximas e garantindo que o som seja reproduzido com grande precisão. Isto melhora a qualidade do som e reduz a propagação do som fora do veículo. A dissociação do alto-falante também proporciona graves precisos e volumosos. Com esse interior multifacetado, que a Audi reconhece como "o centro da vida e das experiências dos nossos clientes", o Q6 e-tron satisfaz as necessidades dos seus usuários por meio de design e tecnologia de formas nunca antes possíveis.

Desempenho e potência

O modelo recebe em suas duas versões a motorização elétrica, com um conjunto de baterias de íon lítio e capacidade de 100 kWh, que fornecem uma potência combinada de 387 cavalos e 535 Nm de torque. O conjunto permite ao modelo acelerar de 0 a 100 km/h em apenas 5,9 segundos, e atingir a velocidade máxima de 210 km/h (limitada eletronicamente). Graças à tração integral quattro, o modelo é capaz de enfrentar com desenvoltura qualquer tipo de terreno, sem comprometer o conforto dos ocupantes, desde as valetas, lombadas e buracos das grandes cidades até as rodovias e estrada de terra nos fins de semana. A autonomia total é de 411 quilômetros, conforme medição do Inmetro.

A versão Q6 e-tron Performance quattro oferece de série uma ampla lista de equipamentos. Entre os itens de conforto, estão ar condicionado automático de três zonas com programação de climatização do interior do veículo; bancos dianteiros elétricos com ajuste lombar e memória para o motorista; bancos dianteiros esportivos em combinação couro/couro sintético; pacote de luzes ambiente; porta-malas com abertura/fechamento elétrico e sistema hands-free; e volante em couro, multifuncional com shift-paddles e aquecimento.

Externamente, a versão Performance conta com espelhos retrovisores externos eletricamente ajustáveis, rebatíveis, aquecíveis, anti-ofuscantes e com memória; frisos decorativos das janelas na cor preta; pintura full-body (arcos dos para-lamas na cor do veículo); suspensão esportiva S; teto solar panorâmico; e rodas de alumínio Audi Sport de 20 polegadas, com pneus 255/50 R20 (dianteiros) e 285/45 R20 (traseiros).

Os itens de tecnologia e segurança incluem Airbags dianteiros, laterais dianteiros e traseiros e cortina; Audi Drive Select; Assistente de troca de faixa (Side Assist) , alerta de trafego reverso, exit warning e assistente de conversão em marcha ré; câmeras top-view 360°; Controle de cruzeiro adaptativo, Aviso de saída de faixa com assistente de emergência e sistema de frenagem autônoma (AEB); faróis Full LED Matrix com setas dinâmicas, apresentação de luzes, assinaturas ópticas personalizáveis do DRL (via MMI) e lavador de farol; lanternas traseiras full-LED PRO, com setas dinâmicas e apresentação de luzes (Coming/leaving home); park assist plus com sensores estacionamento dianteiro e traseiro; e Simulação de som externo e-tron Sport.

Para otimizar o carregamento, o veículo oferece acesso para carregamento do lado do motorista e do passageiro com abertura elétrica; Audi compact charger potência até 11 kW, com kit de cabos para uso residencial e industrial e suporte de parede.

Q6 e-tron Performance Black quattro

Já a versão topo de linha Q6 e-tron Performance Black quattro oferece, além dos itens da versão Performance, uma lista de equipamentos ainda mais extensa. O modelo agrega, entre os itens de conforto, acabamento das soleiras das portas com logo S em alumínio e iluminadas; bancos dianteiros esportivos em combinação couro/couro sintético e inscrição S; pacote de luzes ambiente Plus (interativas, que auxiliam o carro na interação com os ocupantes); pedaleiras em aço inoxidável; e volante em couro perfurado, aplanado (cima e baixo), multifuncional com shift-paddles, aquecido e com inscrição "S" como parte do pacote S line interior.

Externamente, a versão topo de linha tem o pacote S line exterior, com para-choques esportivos que remetem ao modelos RS e-tron GT, capa do espelho retrovisor externo na cor preta; frisos decorativos das janelas na cor preto brilhante; e rodas de alumínio Audi Sport de 21 polegadas e pneus 255/45 R21 (dianteiros) e 285/40 R21 (traseiros). Na cabine, a versão oferece o Head-Up display de realidade aumentada, e sistema de som Bang&Olufsen 3D.

Na versão Q6 e-tron Performance, as cores disponíveis são Azul Plasma, Azul Ascari, Branco Geleira, Cinza Imã, Cinza Manhattan e Preto Mito. Internamente, os assentos recebem a tonalidade preta com costura na cor cinza rocha.

Na versão Q6 e-tron Performance Black quattro, as tonalidades oferecidas são Azul Plasma, Azul Ascari, Branco Geleira, Cinza Imã, Cinza Manhattan, Cinza Daytona e Preto Mito. Os assentos recebem duas opções de combinação de cores: preto com costura cinza rocha, e cinza com costuras cinza antracite.

O modelo possui dimensões generosas que permitem acomodar até cinco passageiros com conforto. São 4.771 mm (comprimento), 2.193 mm (largura), 1.685 mm (altura), e 2.889 mm (entre-eixos). O porta-malas traseiro tem capacidade total de 526 litros (1529 litros com os bancos rebatidos) e o porta-malas dianteiro conta com 64 litros de capacidade.

Setembro especial na Volvo Car



A Volvo Car Brasil apresenta série de vantagens para os clientes, durante todo o mês de setembro. A marca sueca passou a estimular a compra do 0 km com descontos especiais para todos os modelos, além de oferecer um benefício adicional ao cliente Volvo que queira trocar o seu usado.

O EX30, último lançamento da montadora, é o modelo que mais tem atraído novos consumidores para a marca. Em setembro, está com vantagens como financiamento com taxa 0% em todas as versões, ou bônus de R$ 8 mil (versão Plus) e até de R$ 20 mil (nas versões Core Single Motor e Core Single Motor Extended Range). Se não, o cliente tem opção pela supervalorização do seminovo utilizado na troca (versões Plus e Ultra), ou, ainda, wallbox incluso na compra (Core Single Motor e Core Single Motor Extended Range).

Já o XC40 Plus e o C40 Plus, vão gerar atratividade por meio de bônus de R$ 20 mil e R$ 25 mil, respectivamente. Como se não bastasse, somado a esses benefícios, toda a linha 40 oferece taxa 0%, com entrada de 50% do valor e com possibilidade de parcelar em até 18 vezes.

Os modelos híbridos e luxuosos, XC60 e XC90, não ficariam de fora. São oferecidos, durante setembro, com os mesmos incentivos da modalidade trade-in (que contempla um usado como parte de pagamento na troca), com os seguintes bônus: R$ 30 mil e R$ 50 mil, para os respectivos modelos. Além disso, para as últimas unidades modelo 2024, as condições de parcelamento também foram facilitadas. Com 60% de entrada, é possível parcelar em até 24 vezes, com taxa de 0,79% ao mês.

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

Nacionais

Série especial Rampage Rebel Ignition

A Ram Rampage, sucesso absoluto de vendas desde o seu lançamento, ganha uma série especial com cor externa e interior exclusivos e diversos equipamentos de série. A série especial Rebel Ignition chega por R$ 286.990.

A edição, que comemora o 1º ano da picape desenvolvida e produzida no país, é inspirada no sucesso da série especial da Ram 1500 TRX Ignition Edition, lançada em 2021 nos Estados Unidos. Ambos os modelos possuem como grande diferencial a cor externa laranja.

Com seu visual fora de série, a Rampage Rebel Ignition chega em uma exclusiva cor Laranja Ignition, teto pintado em preto, rodas, maçanetas e retrovisores também pintados em preto brilhante, além dos adesivos únicos sobre o capô e nas laterais da caçamba. No compartimento de carga, a série especial traz a capota marítima e o Rambar (santo antônio) preto, que tornam o visual da Rebel Ignition ainda mais marcante. Já no interior, a exclusividade continua. O modelo possui bancos em couro preto e suede com costuras laranjas, fazendo match com a cor da carroceria, acabamento também presentes nos painéis de porta e de instrumentos. O badge Rebel é bordado no encosto dos bancos dianteiros e os tapetes pretos de borracha com bordas elevadas compõem o design e facilitam a limpeza.



A Rampage Rebel Ignition conta ainda com itens de série que são oferecidos em outras versões como opcionais. São eles o som premium certificado pela Harman Kardon de 9 alto-falantes mais subwoofer de 6", que juntos entregam 360 watts de potência, comandos elétricos também no banco do passageiro com 12 vias de ajuste e luzes ambiente em LED que percorrem os painéis de instrumentos e das portas dianteiras, tornando o interior da série especial ainda mais luxuoso e confortável.

O modelo é equipado exclusivamente com o motor 2.0L Hurricane 4 Turbo Gasolina de quatro cilindros, que entrega 272 cv de potência e 400 Nm (40,8 kgfm) de torque acoplado a uma transmissão automática de 9 velocidades. A tração 4X4 Auto distribui automaticamente a força entre os dois eixos e conta com reduzida, para entregar todo a força para as 4 rodas em terrenos de baixa aderência.

Entre os destaques do extenso pacote de itens de série de conforto e tecnologia da Rampage, a versão Rebel possui central multimídia Uconnect de 12,3" com Android Auto e Apple CarPlay sem fio, com conexão simultânea para dois smartphones e navegação embarcada, quadro de instrumentos Full Digital de 10,3", ar-condicionado digital dual zone, Keyless Enter'N Go e partida remota, Ramcharger (carregador por indução) e seis portas USB, sendo 3 do tipo C, de carregamento rápido, além de conjunto ótico dianteiro e traseiro inteiramente em LED. No quesito segurança, são 7 airbags e diversos sistemas de auxílio à condução como piloto automático adaptativo, alerta de colisão frontal com frenagem autônoma de emergência, monitoramento de ponto cego e de tráfego traseiro cruzado, alerta de saída de faixa, entre outros. Outra tecnologia presente é o Ram Connect, plataforma de serviços conectados da Ram que permite realizar operações remotas, acionar socorro em caso de acidentes, além de alertar o proprietário sobre possível furto do veículo, que pode acionar o serviço de recuperação através do app.